



INCÊNDIOS

Onda solidária para apagar a dor

BRAGANÇA

Santa Casa da Misericórdia
celebra 499º aniversário

IDANHA-A-NOVA

S. Miguel de Acha aposta
nas residências para idosos

MANTEIGAS

AFACIDASE trabalha para criar
oportunidades para deficientes

CONTRATAÇÃO COLETIVA

CNIS chega a acordo com Frente Sindical da UGT



José Leirião
Membro da CNIS



A desigualdade na redistribuição da riqueza na Europa

Como sabemos, foram precisos séculos de lutas, conflitos sociais e revoluções para que todas as pessoas se tornassem iguais perante a lei. Ainda assim, há muito que fazer na Europa e nos países ocidentais em geral, onde os rendimentos e a riqueza continuam a ser distribuídos de forma desigual e teme-se pela estabilidade das sociedades. A desigualdade está hoje no centro do debate económico e político.

É também notório que a globalização e as novas tecnologias estão a mudar a natureza das desigualdades e a Europa precisa de encontrar as respostas adequadas.

Após cerca de dez anos de crise na Europa, as desigualdades na distribuição da riqueza na União Europeia, tornaram-se um problema e um elevado factor desestabilizador para a economia e a sociedade. Em vários países europeus, os lucros e excedentes acumulados não tem sido reinvestidos, conduzindo a um aprofundamento da divisão entre países ricos e pobres na Europa a 28 e, com ainda mais incidência na zona euro, onde alguns países, entre os quais Portugal, há muitos anos deixaram de convergir para a média de rendimento europeia, verificando-se uma rápida evaporação da chamada “classe média” e conduzindo a, cada vez mais pessoas, caírem na categoria de “trabalhador pobre” ou sendo considerados em “risco de pobreza e exclusão social”.

O CESE atento a esta situação constituiu um grupo de estudo, do qual fiz parte, que propôs várias recomendações à União Europeia entre as quais:

- A UE deve colocar no topo da agenda, a questão das crescentes desigualdades na distribuição da riqueza, as suas causas e factores geradores e bem assim, desenhar as políticas adequadas para enfrentá-las.

- A redistribuição da riqueza criada é um factor chave para o bom funcionamento da economia social de mercado na União Europeia, a qual deve ser impulsionada por adequadas políticas sociais e económicas.

- É necessário criar um novo mecanismo europeu, transparente, para sistematicamente monitorizar a informação e sua consolidação, relativa ao rendimento, à riqueza criada e sua redistribuição, facilitando assim a recolha da informação estatística sobre a redistribuição da riqueza nos Estados Membros.

- A política fiscal e de rendimentos é o instrumento adequado à disposição dos Estados Membros para promover uma redistribuição justa do valor acrescentado criado pela sociedade. Assim, devem os Estados Membros tomar medidas eficazes para reduzir a desigualdade e assegurar uma redistribuição mais justa da riqueza criada.

- A eficácia da estratégia e políticas Europa 2020, que coloca particular ênfase na redução da pobreza, causa preocupações, necessitando para atingir o seu objectivo de mais apoio político da União Europeia aos Estados Membros, na monitorização do agravamento da tendência da pobreza. Uma acção mais vigorosa é necessária na luta contra a pobreza, a qual cresceu em termos

absolutos nos últimos anos. Portanto, são necessárias políticas formuladas num quadro supranacional, ao nível da União Europeia, para promover um crescimento mais inclusivo utilizando uma abordagem mais integrada.

- Políticas activas de emprego mais eficazes são necessárias para uma transição harmoniosa para a vida profissional, articuladas com as políticas de educação e formação e em conjunto com as políticas fiscais e de transferências sociais.

- O foco da política europeia, na luta contra a pobreza, necessita de uma abordagem mais coerente e justa, no que se refere à redistribuição da riqueza.

Nota: No que se refere a Portugal, como sabemos, à crise de 2008 juntou-se o “programa de ajustamento financeiro” imposto pela Troika, ao qual, infelizmente, não esteve associada uma política de protecção da dimensão social, e por isso, teve consequências dramáticas na sociedade, atingindo mais severamente a população mais vulnerável, e conduziu também a um abaixamento dos salários e aumento da precaridade no trabalho, tendo um significativo impacto no aumento da pobreza e da desigualdade entre os rendimentos monetários que continuam a agravar-se. Também, como sabemos, o papel das IPSS e o seu objectivo de “não deixar ninguém para trás” foi providencial para manter a coesão social e nacional naquele período. O governo actual tenta, e muito bem, reverter aquelas políticas. As IPSS são cada vez mais as parceiras preferenciais do Estado na melhoria da dimensão social solidária.

LINHA DO CIDADÃO IDOSO

Sociedade não está preparada para responder

O Provedor de Justiça afirmou que a sociedade actual “não está preparada para responder” a questões relacionadas com o tratamento de idosos, o que justifica o aumento do número de chamadas para a Linha do Cidadão Idoso.

Na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, José de Faria Costa, destacou a importância da Linha do Idoso, uma das três que integram o Núcleo da Criança, Idoso e da Pessoa com Deficiência, e que em 2016 foi a que recebeu o maior número de solicitações.

De acordo com dados do relatório anual de atividade do Provedor de Justiça relativo

a 2016, as três linhas telefónicas especializadas receberam 4.026 chamadas, entre 541 para a Linha da Criança, 2.878 para a Linha do Cidadão Idoso e 607 para a Linha da Pessoa com Deficiência.

“A quantidade de telefonemas é fundamentalmente hoje e cada vez mais na Linha do Idoso porque nós, de um momento para outro, começamos a inverter a pirâmide e a nossa sociedade não está preparada para responder a questões tão simples, tão corriqueiras, como é aquela de tratar um idoso”, disse aos deputados o Provedor de Justiça.

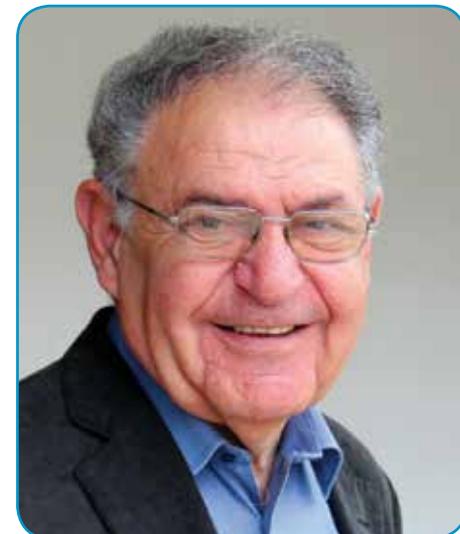
“Enquanto nós, mal ou bem, somos capazes de ter um carinho imediato com uma criança,

com um idoso as coisas são muito mais complicadas”. José de Faria Costa adiantou que um “idoso levanta problemas de ordem social” e “de segurança social que a criança não levanta”.

O Provedor de Justiça disse também que os idosos e as crianças têm um “peso, em termos financeiros, completamente diferente”, apesar de ambos merecerem os mesmos cuidados.

Como exemplo, referiu que “tratar de um doente com 70 ou 80 anos, e o que isso representa de peso para o Serviço Nacional de Saúde, é completamente diferente daquilo que representa o tratamento de uma pequena doença de um jovem ou de uma criança”.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Olhares depois da tragédia

1. “Há calamidades naturais que não têm controlo. De todo. Há momentos em que nem com todos os meios do mundo, aéreos, pedestres, subterrâneos, seja o que for, se controla um incêndio, uma inundação, um tornado, um terramoto, um tsunami, uma erupção, um meteorito. Pode acontecer que, depois de muita destruição, seja possível de novo controlar a calamidade, mas pode haver dias, horas, meses, em que nada se pode fazer a não ser minimizar os efeitos e esperar que acabe”. (Pacheco Pereira, in Público).

Como lembrou o Presidente da República, os incêndios no centro do País são “uma tragédia sem precedentes na história do Portugal democrático” e “atingiu um país rural, isolado, com pessoas mais idosas, mais difíceis de contactar, de proteger e de salvar”.

Tragédia que convocou a atenção geral. O Santo Padre mostrou-se solidário, a Europa disse presente, o Presidente da República desdobrou-se, o Governo concentrou energias, as autarquias mobilizaram-se, as Instituições movimentaram-se, a Conferência Episcopal apelou para a mobilização geral. E de toda a parte chegaram inequívocas mensagens e eloquentes expressões de solidariedade.

A solidariedade é uma realidade palpável que a todos dignifica.

E esta tragédia irrompeu abruptamente num país que parecia estar a despertar para uma esperança consolidada num futuro melhor...

Agora, mais do que ficar paralisado com medo do que ainda estará para vir ou de levantar dedos acusadores, importa que a atenção de todos os portugueses se concentre no essencial: “manter o combate e a solidariedade por todos os que sofrem e sofreram com esta tragédia e que somos um só povo por Portugal”.

2. Mas esta tragédia talvez ajude a “aterrar” um pouco mais e um pouco melhor. Porque é nesta Terra que todos somos que há Pessoas que a todos merecem.

Urge “recentrar” a vida e, muito provavelmente, também alguma cultura e algum culto...

O primeiro culto e a primeira cultura a vivenciar serão, certamente, a de dar prioridade à Pessoa toda e a todas as pessoas. Ultrapassado (?) o tempo da austeridade, urge proclamar que as pessoas são o espaço do devir, das políticas e dos credos: o respeito pela dignidade da pessoa toda, desde a sua conceção até à morte natural, e o respeito pela dignidade de todas as pessoas têm de ser sempre e por todos devidamente proclamados, servidos e honrados.

Uma outra atenção será, muito provavelmente,

a de se olhar um pouco (ou muito) mais para o País que realmente somos como um todo nacional que deve ser: muito embora não tenha grande poder reivindicativo, o interior desertificado e envelhecido, porque mais carenciado e porque também é território nacional, tem de ser a opção preferencial na conceção das políticas e na redistribuição dos favores e das riquezas. Mais do que a subsidiariedade, aplica-se aqui o princípio do bem comum: se todos devem contribuir para o bem comum também importa que a ninguém e a nenhum território falte aquilo de que carece em ordem a uma maior equidade e a uma vida com mais futuro.

E a Igreja também tem aqui missão dignificante. Cada vez a sua doutrina social é mais reconhecida e venerada. Oportuna e inoportunamente, urge que também seja proclamada e servida. Quem sabe se a Boa Nova que também urge ser anunciada no meio de um povo e de um território pobre não será a de que é chegada a hora de o libertar da desertificação injustificada ou do abandono injusto e imoral?

3. Mas a tragédia pode fazer concentrar outros olhares para circunstâncias e factos que não podem ser ignorados.

O fascínio de um litoral sedutor atraiu

certamente muitos que “abandonaram o torrão que os viu nascer”. Mas outros também dali se foram porque iam encerrando equipamentos e serviços de que careciam. O argumento para o encerramento era o da quantidade. Mas para o Estado a universalidade é anterior à quantidade. O Estado não pode encerrar porque há menos pessoas. Nem mesmo depois de tudo ter feito, ainda que sem êxito, para que houvesse alguém, porque, ainda aí, lhe sobrava a razão para estar porque ali ainda ficava território.

Alguns equipamentos e serviços que encerraram ainda eram necessários. Se não fosse por mais razões, sobrava a razão de contrariar a desertificação e o abandono dos que ainda tinham território mas já não tinham voz..

Abandonaram-se as terras e as sementeiras, degradaram-se as casas e os lares: florescem sumptuosamente os eucaliptos!

Anuncia-se agora uma reforma da floresta. Tardia, mas bem-vinda.

Talvez insuficiente...

Se a quantidade de eleitores recenseados tem vindo a determinar a quantidade de assentos parlamentares, porque não reservar uma quantidade de assentos parlamentares em função da dimensão do território? Poderia ajudar qualquer coisinha...



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

CNIS realizou sessões de esclarecimento em todo o País

No seguimento da assinatura do Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário 2017-2018, entre o Governo e as três organizações do Terceiro Setor, a CNIS promoveu quatro sessões de esclarecimento com o propósito de explicar algumas das novidades do novo protocolo e ainda esclarecer algumas dúvidas que os responsáveis pelas IPSS tivessem.

Assim, Setúbal (Região de Lisboa e Vale do Tejo), Beja (Região do Alentejo e Algarve), Viseu (Região Centro) e Vila do Conde (Região Norte Região) acolheram as sessões da CNIS, que assim cobriram todo o território continental.

O SOLIDARIEDADE esteve presente na sessão de Vila do Conde, a que fechou o ciclo de quatro sessões, que arrancou com Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, a dizer que “o Compromisso é bom se for cumprido”, lembrando que um dos aspetos positivos do mesmo é o facto de, “pela primeira vez, as entidades oficiais terem reconhecido a necessidade de repercutir as despesas com pessoal”, ou seja, a aplicação do “princípio de adequação das comparticipações às despesas com pessoal”.

Todos os dirigentes das instituições sabem bem que as despesas com os recursos humanos são a grande fatia dos custos, sendo que os recentes aumentos do salário mínimo vieram tornar esse aspeto ainda mais visível e real.

Por seu turno, a também assessora da CNIS Filomena Bordalo lembrou que “este Compromisso é desafiante e difícil e compromete tanto as IPSS como o Governo” no que toca à sua aplicação.

Indo em específico ao Compromisso, Filomena Bordalo começou por abordar a atualização financeira promovida pelo documento, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2017, que sectorialmente são:

Segurança Social - 2,1% em todos os valores (utente/mês, complementos diversos e valor de referência idosos) correspondendo a 1,8% na atualização Acordos de Cooperação e 0,3% de aumento gradual da TSU, sendo que no que toca ao Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS) a atualização é de 0%; Educação - 0,6% (índice de preço ao consumidor de 2016) nas duas componentes da educação pré-escolar; Saúde - 0,6% nos cuidados de saúde e de apoio social (RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados).

De seguida, os dirigentes presentes tomaram conhecimento das prioridades de articulação setorial e que são: Segurança Social e Formação Profissional - Acordos de Cooperação, Respostas Sociais, Cantinas Sociais, Linhas de Crédito de Apoio à Economia Social, FRSS, Investimento em equipamentos sociais e Formação Profissional; Saúde - RNCCI, Saúde Mental, Cuidados Pediátricos Integrados, Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares e ENEAS (Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável); Educação - Pré-escolar, Centros de Recursos para a Inclusão e Formação Profissional Inclusiva.



Neste particular, e no que diz respeito aos Acordos de Cooperação, o Compromisso inova com a introdução do PROCOP (Programa de

Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento das Respostas Sociais), para alargamento/celebração novos acordos.

Já relativamente aos acordos sujeitos a homologação, haverá, até 31 de dezembro do corrente ano, a conversão gradual dos acordos atípicos de respostas tipificadas. Neste particular, se a comparticipação da Segurança Social for superior a 20% do valor fixado para a resposta, os acordos estão sujeitos a uma análise casuística. Já se a comparticipação da Segurança Social se situe até 20% acima do valor fixado para a resposta, ficam congelados até que as atualizações alcancem aquele teto.

Por outro lado, está em marcha a tipificação das respostas Centro de Noite, Centro Apoio à Vida e Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Aqui, aos acordos celebrados a partir de 2015 aplica-se a comparticipação constante no Compromisso, enquanto aos acordos existentes até 2015 e que não tenham sido avaliados pelo ISS até final de 2016 nem consensualizados em CNC, sê-lo-ão até 31 dezembro 2017.

Já a comparticipação familiar nas vagas não cobertas pelo acordo, esta é de livre fixação, com um limite máximo igual ao custo médio do utente verificado no ano anterior, exceto para a resposta ERPI. Para esta resposta é livre a fixação, mas não pode ser recusada a celebração/revisão do acordo para estes utentes.

Nesta área da Segurança Social, os responsáveis da CNIS destacam ainda como muito importantes a reafetação dos montantes deduzidos decorrentes da redução de frequência, a diversa revisão legislativa prevista, a implementação da Comissão Nacional

de Cooperação (CNC) e da Comissão Distrital de Cooperação (CDC), para além da formação de diversos Grupos de Trabalho para avaliação dos impactos da maximização dos recursos humanos nas respostas sociais para estabelecimento de modelo de organização que possibilite, com mesmos níveis de qualidade, gestão mais eficaz e sustentada, para avaliação critérios e indicadores de fiscalização e acompanhamento (com elaboração de um Manual pelo ISS) e ainda outro para estudo e definição dos custos técnicos das respostas sociais e proposta de um modelo de financiamento duradouro, considerando uma estrutura de custos como adequados para o bom funcionamento das respostas sociais.

No que toca à área da Educação, ficam aqui as datas no que concerne ao processo de compensação financeira aos educadores de infância: Candidaturas são de 1 a 30 setembro 2017; a Análise e validação será até 31 dezembro 2017; e os Pagamentos serão efetuados até 28 fevereiro 2018.

Nota ainda para as áreas a que o Departamento Técnico da CNIS fará um acompanhamento específico.

Assim, na área da Segurança Social os técnicos da CNIS acompanharão na implementação do PO APMC, do PROCOP e ainda do plano de investimentos, na avaliação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce e na elaboração dos Regulamentos Internos e Contratos de Prestação de Serviços.

Na área da Saúde, seguirão os processos em torno da RNCCI e da ENEAS. Já na Educação estarão atentos à Formação b-learning (EI no pré-escolar) e ainda orientações pedagógicas (EI na creche).

Por fim, de referir que o Departamento Técnico da CNIS está disponível para esclarecer qualquer dúvida que dirigentes e/ou técnicos das instituições tenham sobre o Compromisso de Cooperação.

CONTRATAÇÃO COLETIVA

CNIS chega a acordo com Frente Sindical da UGT

A CNIS chegou a acordo com a Frente Sindical da UGT, Frente Nacional de Educação (FNE) e Outros, sobre a revisão para 2017 do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), relativamente às tabelas salariais.

Com este acordo a ter implicações orçamentais nas IPSS, e no sentido destas poderem desde já efetuar a programação do pagamento dos valores de retribuição que irão ser devidos, fica para conhecimento de todos o conteúdo dessa revisão, mesmo antes da sua publicação.

Com efeito, “a CNIS e a Frente Sindical da UGT, partes signatárias do Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), nº 25, de 8 de Julho de 2016, deliberaram acordar nos seguintes aspetos, relativos, quer à revisão das cláusulas de conteúdo pecuniário, nos termos da Cláusula 2ª, 2 do mesmo CCT, quer ao processo de revisão global do mencionado CCT”.

REMUNERAÇÕES

Tabela A: Nível XVIII - € 557; Nível XVII - € 561; Nível XVI - € 565; Nível XV - € 569; Nível XIV - € 579; Nível XIII - € 589; Nível XII - € 614; Nível XI - € 658; Nível X - € 706; Nível IX - € 755; Nível VIII - € 803; Nível VII - € 850; Nível VI - € 900; Nível V - € 948; Nível IV - € 999; Nível III - € 1.047; Nível II - € 1.111; Nível I - € 1.191.

Estes valores correspondem ao restabelecimento da diferenciação salarial correspondente aos Níveis XIV a XVIII da Tabela A, constantes do Anexo V ao CCT publicado no BTE, nº 25, de 08-07-2016, que ficaram indiferenciados em função da não atualização salarial em 2016, salvo a que resultou diretamente do aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), e ainda na repercussão dessa diferenciação no Nível XIII da mesma Tabela A.

Relativamente aos Níveis I a XII, os valores acordados resultam da aplicação de um fator de atualização de 1,2% relativamente aos valores de 2015, com arredondamento ao euro imediatamente inferior ou superior.



Quanto à Tabela B, há uma atualização em 0,5%, relativamente aos valores constantes do Anexo V do CCT publicado no BTE, nº 25, de 08-07-2016, com arredondamento ao euro imediatamente inferior ou superior.

(A título de exemplo, por ser o grupo profissional dominante, indicam-se os novos valores de retribuição relativos às Tabelas B-4 - educadores de infância e professores com licenciatura profissionalizados - e B-5 - educadores de infância e professores do ensino básico com habilitação).

Tabela B-4: Nível IX - € 844; Nível VIII - € 998; Nível VII - € 1.152; Nível VI - € 1.407; Nível V - € 1.487; Nível IV - € 1.657; Nível III - € 1.819; Nível II - € 1.937; Nível I - € 2.559.

Tabela B-5: Nível IX - € 837; Nível VIII - € 976; Nível VII - € 1.103; Nível VI - € 1.352;

Nível V - € 1.455; Nível IV - € 1.613; Nível III - € 1.771; Nível II - € 1.892; Nível I - € 2.504.

No seguimento deste acordo, sem prejuízo da aplicabilidade do novo valor da RMMG, de 557 euros, a partir de 1 de Janeiro de 2017, os novos valores remuneratórios referidos anteriormente serão devidos a partir de 1 de Julho de 2017.

Por outro lado, ficou o compromisso de revisão global do CCT, entre Setembro de 2017 e Dezembro de 2017, acolhendo no processo de revisão, pelo menos, os seguintes princípios: flexibilização do conteúdo funcional das profissões constantes dos Anexos I, II e III, com simultânea diminuição das profissões constantes de tais Anexos; e reestruturação da carreira dos professores e educadores de infância.

PIEE IPSS – PROGRAMA INTEGRADO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Uma parceria para ajudar a reduzir os custos de energia nas IPSS

A CNIS estabeleceu uma parceria com a RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional), para que todos os seus associados possam integrar um Programa Integrado de Eficiência Energética (PIEE). O PIEE IPSS resulta de uma medida financiada no âmbito do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC 2017-2018), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Este destina-se a todas as IPSS associadas da CNIS de todo o território nacional, exceção

à Região Autónoma dos Açores.

O PIEE IPSS tem como objetivo principal sensibilizar e capacitar os colaboradores das instituições para a temática da Eficiência Energética, através da criação de uma rede de Coordenadores Internos de Energia (CIE), capacitados no âmbito de um conjunto de workshops formativos gratuitos. Pretende-se, acima de tudo, promover uma alteração nos comportamentos e nos hábitos de consumo de energia.

O Programa prevê ainda uma intervenção

de caráter mais técnico nas IPSS selecionadas, através da realização de diagnósticos energéticos simplificados e aconselhamento em possíveis candidaturas a Fundos Europeus e Nacionais.

Estará também disponível uma Plataforma de Gestão de Consumos de Energia para auxiliar as IPSS a gerirem mais eficientemente os consumos dos seus edifícios.

Em breve haverá a possibilidade de as instituições conhecerem em pormenor o PIEE IPSS e de proceder à respetiva inscrição.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Há 499 anos a investir no apoio à população brigantina

De olhos postos no 500º aniversário, que acontecerá em 2018, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança celebra os 499 anos de existência com um dia de rastreios, homenagem e festa (dia 6 de julho). São quase (quase) 500 anos de crescimento e apoio às populações, que no presente cobrem praticamente todas as áreas e que se reflete num vasto número de respostas sociais. As mais recentes são mesmo o Centro de Educação Especial e a Unidade de Cuidados Continuados.

São quase, ou ultrapassa mesmo, os mil utentes e é uma das estruturas base no apoio social na cidade de Bragança, mas não só. A festejar 499 anos de vida, a Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) acolhe e apoia centenas de utentes nas mais diversas respostas sociais, que vão da infância à terceira idade, da deficiência ao ensino escolar, nas seguintes valências: Lar Santa Teresa De Ávila (50 idosos), Lar Imaculada Conceição (71), Lar Santa Isabel (61), Centro Dia (9), SAD (89), Serviço de Amas-Creche Familiar (44 bebés), Escola do 1º Ciclo Dr. Diogo Albino de Sá Vargas (66 crianças), ATL (66), Centro Infantil S. João de Deus (35), Centro Infantil da Coxa (25), Centro Infantil Cinderela (45), Pré-Escolar da Coxa (25), CAO (77 utentes), Estrutura Residencial (69), Casa Abrigo a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (5), Apoio a Refugiados (4), Unidade de Cuidados Continuados: Média Duração (15), Longa Duração (25). A isto acresce o trabalho desenvolvido na RLIS com um número elevado de atendimentos.

Quase meio milénio a crescer e a desenvolver ajudas à comunidade que fazem da SCMB uma instituição de referência no Nordeste Transmontano, mas não só.

Adaptando a(s) sua(s) resposta(s) às necessidades, ao longo de 499 anos muita coisa mudou na sociedade e, claro, na Santa Casa brigantina. Com o fito no apoio a quem precisa, a instituição abraçou duas novas respostas sociais nos últimos quatro anos e com um forte investimento associado.

A primeira destas duas novas valências é o Centro de Educação Especial (CEE), que a Misericórdia passou a promover em setembro de 2013.

“Era uma resposta que não tínhamos e era interesse da Segurança Social entregar essa resposta a uma IPSS. Manifestou vontade que fosse a Santa Casa a assumir um acordo de gestão e nós entendemos que tínhamos condições para isso e que era possível criar melhores condições para que o CEE pudesse desenvolver em pleno a sua atividade, uma vez que só tinha cerca de 50% da sua capacidade a ser utilizada”, começa por explicar o provedor Eleutério Alves, acrescentando: “Percebemos que era possível melhorar a resposta a nível do distrito e foi o que nos levou a assumir esse acordo”.



Para a diretora-técnica, Virginia Lopes, “uma das grandes diferenças desde que a Santa Casa tomou conta da resposta foi que passou a estar 365 dias aberta por ano, o que não acontecia, pois fechava aos fins-de-semana, Natal e mês de Agosto”.

Só aqui a melhoria do serviço e do apoio às pessoas com deficiência é exponenciado, pois “quem não tinha retaguarda familiar era colocado temporariamente em outras instituições da área e neste momento têm serviço de enfermagem permanente e ainda médico, sendo que antes havia apenas um médico que vinha cá umas horas por semana”.

Uma das melhorias mais mediáticas e populares é a piscina, “que não estava em funcionamento”.

A Misericórdia fez obras e agora o equipamento está aberto à população não só do CEE mas também a outras instituições da cidade que apoiem pessoas portadoras de deficiência.



Atualmente são já mais de 100 utilizadores/dia. Das 9h00 às 20h00, com utentes das diferentes valências da SCMB, com utentes de outras instituições ou com os alunos da escola primária o horário está completo.

“Começámos por investir na piscina, porque recebemos o equipamento muito degradado. Ainda hoje se nota a necessidade de obras para

a requalificação de alguns espaços. A piscina tinha sido construída com fundos transfronteiriços, mas não foi acabada. Nós finalizámos a obra com algum apoio financeiro da Segurança Social e nosso. Esta é a única piscina adaptada que há no distrito e que está a funcionar quer para a nossa valência da deficiência, quer como para outras instituições da área da deficiência do distrito de Bragança que manifestaram interesse em utilizá-la. A utilização é gratuita e é feita, pelo menos, pelas instituições da cidade”, sublinha Eleutério Alves, que acrescenta: “É solidariedade entre as instituições de solidariedade, porque percebemos que nem todos temos que ter tudo, mas o que temos podemos partilhar com as outras instituições. Temos um protocolo com outra instituição da área da deficiência, a ASCUDT, em que eles partilham a nossa piscina e nós a sala de snoezelen que eles têm. Este é a forma de estar que temos, em que tudo o que a instituição dispõe, se puder ser partilhado com outras que não têm, deve ser partilhado”.

João Genésio, técnico no CEE, é perentório: “Antes, isto estava para fechar. Atualmente temos pessoal técnico para todas as valências. Já temos fisioterapia, que não havia, sendo que o número de funcionários duplicou e preencheram-se as vagas todas. E mais vagas houvesse... Temos uma lista de espera de 14 pessoas”.

Atualmente, no CEE o utente mais novo tem 24 anos e o mais velho 78, sendo que a faixa maioritária fica acima dos 45 anos.

E esta realidade traz, segundo os técnicos, outro tipo de problemas.

“Vamos ter que mudar, porque isto funciona tipo escola. Eles levantam-se de manhã, vão para o CAO e só regressam ao apartamento ao final da tarde. Com o envelhecimento da população isso vai ter forçosamente que mudar... É uma questão a estudar, até porque em termos de autonomia vai mudar muita coisa”, alerta João Genésio, ao que a diretora-técnica responde com um pronto: “É uma realidade a que estamos atentos”.

Olaria, trabalhos manuais, expressão plástica, carpintaria, alfabetização, ludoteca, terapia ocupacional e um grupo de folclore são atividades que os utentes podem desenvolver, como ainda cursos de formação em jardinagem, hotelaria e lavandaria.

Quanto a projetos futuros, os responsáveis pelo CEE gostavam de recuperar uma horta que a valência já teve.

“Era uma horta com galinhas e coelhos e que proporcionava um leque vasto de atividades ao ar livre. Porém, a funcionária que tratava da horta foi para outras funções e o projeto perdeu-se. Dali saíam produtos para a nossa cozinha o que dava grande satisfação aos utentes que participavam ativamente na manutenção das culturas e no tratamento dos animais”.

A valência que a Santa Casa da Misericórdia de Bragança abraçou mais recentemente é a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), inaugurada em setembro de 2014, e que ainda não está a funcionar a 100%.

“Aquando da construção da Unidade fizemos uma candidatura para 60 camas, para as tipologias de Convalescência, Média Duração e Longa Duração. O equipamento foi financiada pelo ON.2 para 60 camas, com um custo total de cerca de quatro milhões de euros, mas quando



foi altura de acertar o Acordo de Cooperação só foram protocolizadas 40 camas. Ou seja, ficaram 20 camas disponíveis. Temos um piso totalmente equipado, que pode entrar em funcionamento no imediato, mas são 20 camas que estão vazias porque não há acordo de cooperação”, lamenta o provedor, que, mesmo assim, se mantém otimista quanto ao futuro próximo: “Temos perspetivas de que a situação possa ser desbloqueada, até porque temos conhecimento que há falta de camas no distrito de Bragança e em toda a região norte. Por outro lado, sabemos que o Governo também sabe que tem ali 20 camas disponíveis e que foram cofinanciadas pelo Estado. Ora, é um desperdício ter ali 20 camas e, ao mesmo tempo, querer criar mais camas noutras locais onde não existem e que têm que ser financiadas de raiz. Depois, a ocupação das 40 camas que atualmente temos na Unidade foi feita logo desde o primeiro dia, tendo, em dois anos e meio, já passado por lá mais de 400 utentes, o que mostra bem a necessidade da sua existência e a procura que tem. Neste momento não temos lista de espera, mas temos manifestações de interesse de pessoas que gostariam de ir para lá e que estão há três meses à espera de uma vaga. Isto significa que a procura da nossa unidade é grande, porque é reconhecida como uma das melhores do norte do País, não só pela população, mas também pelas entidades oficiais”.

Desde que abriu, ocupadas estão 15 camas na unidade de Média Duração e Reabilitação e 25 na unidade de Longa Duração e Manutenção.

“Até agora tem corrido bem, temos uma taxa de ocupação bastante elevada, uma lista de espera em ambas as unidades, um feedback bastante positivo dos utentes e dos seus cuidadores e nunca tivemos nenhuma queixa”, começa por referir Suzete Abrunhosa, diretora-técnica da UCCI, que ressalva: “É óbvio que as coisas não são perfeitas, pois prestamos cuidados com pessoas para pessoas, mas temos conseguido gerir isso da melhor forma”.

Com a grande maioria dos utentes oriundos



do concelho de Bragança, a UCCI recebe ainda utentes dos concelhos de Vinhais e Macedo de Cavaleiros.

“Esta é uma resposta de proximidade, que é também um dos grandes objetivos da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, ou seja, promover a reabilitação das pessoas sempre próximo da família, considerando a dimensão bio-psico-social da pessoa e toda a sua envolvente”, explica, sublinhando que “a UCCI de Bragança não é um lar”, pelo que “a partir do momento em que os objetivos clínicos são atingidos os pacientes têm alta”.

Quanto ao futuro, e enquanto aguarda o preenchimento da capacidade da Unidade, Suzete Abrunhosa gostaria de implementar o projeto «Cuidar Mais».

“É um projeto para implementar com o objetivo de abrir um gabinete de apoio ao cuidador formal e informal. É um tipo de apoio que ainda não existe na cidade de Bragança, nem na proximidade. Com os recursos que a Santa Casa tem, a nível multidisciplinar, o propósito é dar apoio ao cuidador informal, porque é uma necessidade que quando acolhemos os doentes sentimos. As pessoas sentem-se bastante perdidas, não sabem o que é o cuidar, as doenças surgem de um momento para o outro e era bom que houvesse uma estrutura que as pudesse apoiar ao nível psicossocial e até jurídico”, explica a técnica.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE ACHA, IDANHA-A-NOVA

Mais residências houvesse, mais utentes seriam satisfeitos

Esteve 12 anos a apoiar idosos no domicílio a partir do salão paroquial. Já na casa nova cedida pela autarquia, o Centro Social Paroquial de S. Miguel de Acha criou um Centro de Dia e, em 2012, inaugurou as primeiras quatro residências, que acolhem cinco idosos. O projeto era para 12 habitações, mas... A falta de recursos limita a expansão, mas a qualidade do serviço orgulha os dirigentes e traz reconhecimento à instituição de Idanha-a-Nova.

S. Miguel de Acha é uma freguesia do concelho de Idanha-a-Nova e que sofre como muitas pequenas aldeias de Portugal de um acentuado envelhecimento e ausência de respostas sociais à população.

Por isso é que em 1991, o padre Luís, pároco local, decidiu avançar com a criação de um Centro Social Paroquial, que durante 12 anos funcionou no salão paroquial, base de apoio da única resposta social que a instituição promovia, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

“Havia diversas pessoas muito vulneráveis, por falta de retaguarda familiar ou por incapacidade de realizar as atividades diárias da vida”, conta Cristina Geraldês, diretora-técnica da instituição.

Só em 2003, com a mudança para as novas instalações, onde ainda hoje funciona, a instituição abriu o Centro de Dia, que, tal como o SAD, arrancou com 10 utentes.

“De início houve muita renitência e desconfiança das pessoas, que esperavam que o vizinho viesse primeiro e depois lhes dissesse como era. Havia duas colaboradoras e num espaço de tempo muito curto houve necessidade de aumentar os recursos humanos, porque as duas funcionárias não chegavam”, conta a diretora-técnica, que recorda a razão da demora em ter instalações e em alargar as respostas dadas: “O padre Luís queria um terreno na freguesia que tivesse uma boa envolvente verde e no coração da aldeia. Não foi fácil encontrar o espaço, até que esta quinta foi posta à venda, mas os proprietários tinham-no doado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Na altura, a instituição não tinha fundo de manuseio para o adquirir e pediu à Câmara Municipal para tratar do processo, até que o presidente da autarquia viu e gostou do projeto e, então, começou a ajudar a instituição”.

Aliás, todo o equipamento, edifícios e terreno, é propriedade da autarquia, existindo um protocolo para a instituição gerir o mesmo.

Nove anos volvidos, a instituição sofre novo desenvolvimento com a abertura das primeiras quatro residências, a única resposta que não tem acordo de cooperação com a Segurança Social.



“Para já chega para as necessidades, mas temos vários pedidos para as residências. Se tivéssemos oito, provavelmente estariam cheias com pessoas daqui de S. Miguel de Acha”, sustenta Alberto Gonçalves, vice-presidente da instituição, explicando as razões dos pedidos: “Há muitas pessoas que têm perdido alguma autonomia, principalmente porque as suas habitações começam a colocar-lhes obstáculos, como as escadas ou, por vezes, três simples degraus”.

Cristina Geraldês acrescenta ainda que o Centro tem também “solicitações de outras freguesias do concelho”.

Com 20 utentes em Centro de Dia, outros 20 em SAD e cinco em quatro residências, o Centro Social Paroquial de S. Miguel de Acha “vive essencialmente das participações dos utentes/familiares e do que a Segurança Social dá por utente do SAD e do Centro de Dia”, argumenta Alberto Gonçalves, acrescentando: “No entanto, as participações ainda



são abaixo da capacidade instalada. Depois, temos a ajuda camarária, uma vez que sendo tudo isto propriedade da autarquia não temos encargos com o equipamento. O apoio da Câmara é também fundamental para o equilíbrio financeiro da instituição. Para além disto, é essencial que a instituição tenha uma gestão equilibrada e que conduza à solvência”.

Nesse sentido, o «vice» afirma que a situação financeira é “solvente e sem problemas”, fruto de uma gestão que tem objetivos concretos: “Tentamos fazer uma gestão que nos permita ser solvente e, simultaneamente, criar valor acrescentado através da otimização de recursos, em termos de formação profissional, da melhoria da vertente administrativa, com a informatização, e das instalações para conforto aos utentes e da criação de condições para fazer formação interna, integrarmos um nutricionista, um médico e ainda alguém na vertente cognitiva, etc.”.

Uma forte aposta da instituição é na promoção de atividades que mantenham os idosos ativos e apoiados. Daí a contratação de consultas de neurologia, “algo bastante relevante, porque o estímulo cognitivo é essencial para estas pessoas e é uma ajuda para sinalizar demências”, argumenta o «vice» Alberto Gonçalves.

Já Cristina Geraldês afirma que “o envelhecimento ativo é um dos grandes objetivos da instituição”, apontando as sessões de ginástica “é um dos primeiros passos dados com o objetivo de serem alargados, dinamizando outras atividades sócio-culturais”.

A caminho do 26º aniversário, a instituição ganhou o seu espaço e a sua importância,

algo que o atual presidente, o padre Martinho Mendonça, confirma.

“Quando cheguei tive a noção que esta casa era de referência no concelho. Passado pouco tempo apercebi-me da grande importância que isto tem na vida das pessoas e na vida da comunidade. Sou presidente da Direção, mas a minha preocupação é acarinhar, continuar e ajudar a crescer a instituição. Tenho uma presença discreta, porque confio nas pessoas que cá estão e sei que a nossa casa é acarinhada e é de referência a nível distrital. Sei que as coisas funcionam e só tenho que estar atento. A casa não é de ninguém, mas é de todos e sei que a casa está bem entregue”, começa por dizer, acrescentando: “O futuro não vai ser fácil, porque, por vezes, deparamo-nos com dificuldades onde menos pensávamos, como, por exemplo, nos nossos trabalhadores! Estas casas são autênticos milagres, fazendo omeletes com muito poucos ovos, mas com ovos de qualidade e muita dedicação. Por vezes, damo-nos conta que o Poder Central não tem o carinho que devia ter por estas casas, porque fazem demasiadas exigências não olhando às realidades. Neste caso, a instituição é solvente, mas sei de outras em que é muito difícil, porque basta que haja um atropelo à norma para que as coisas se compliquem. Isto é uma rede notável e gratuita, com muita carolice. O Estado devia beijar o chão que esta gente voluntária e solidária pisa”.

Quanto ao futuro e a projetos, para além de mais algumas residências, pois o PDM inscreve 12 habitações, os responsáveis pela instituição pretendem, essencialmente, consolidar e melhorar o que há.

“Garantir e aperfeiçoar o que temos, daí os grandes investimentos que fizemos na área da informática. Por outro lado, queremos criar condições para podermos, mesmo com algum investimento inicial, estabilizar para prosseguir o rumo. Adquirir uma carrinha para transporte de cadeiras de rodas, o que alivia a carga da única viatura que temos. Somos poucos mas há muito que fazer”, afirma Alberto Gonçalves, que sublinha o facto de a instituição ser o segundo empregador da aldeia, com oito funcionários, “logo atrás da padaria que tem mais dois”.

No entanto, esta não é a principal mais-valia da instituição, segundo o padre Mendonça: “A riqueza da instituição é o apoio que dá à comunidade, a dimensão cristã da caridade. O Centro de Dia é a nova família da maior parte dos utentes, porque em casa estão sozinhos e na idade que mais precisam não têm a sua família perto. Daí, que lhes foi dada uma nova família”.

“Isto é gente do campo e isto é o melhor que podem ter, porque a cidade nada lhes diz. Nós substituímos a família”, reforça o «vice», ao que Cristina Geraldês acrescenta: “Os nossos utentes não se identificam com o lar. A vida deles tem que ser nos domicílios. Temos três utentes que já estiveram em lares e quiseram regressar a casa, apesar das limitações. Apesar de termos as residências, nenhum dos utentes dependentes optou por vir para cá, quiseram todos ficar no domicílio apoiados por nós”.

Para o pároco e presidente da instituição, a explicação é simples: “Sair de casa e ir para uma instituição é fechar uma porta e ninguém quer fechar essa porta”.



AGENDA DE GERONTOLOGIA

«Aprender, Envelhecer... SER»

A Agenda de Gerontologia «Aprender, Envelhecer... SER» 2017, da autoria de Sandra Paula Barradas e Albertina Lima Oliveira, para além de ser um instrumento de organização pessoal, apresenta uma vertente social, relacionada com o envelhecimento e com as melhores práticas gerontológicas, mas também solidária, uma vez que parte do valor das receitas reverte para a Alzheimer Portugal.

O grande objetivo das autoras é oferecer aos leitores (cidadãos em geral e cuidadores formais e informais de pessoas idosas em particular) um recurso prático, inspirador, com informação atualizada, rigorosa e credível, no âmbito de diversas temáticas gerontológicas, acompanhar nas atividades do dia-a-dia, ajudar a repensar as temáticas e práticas gerontológicas e promover o envelhecimento ativo e bem-sucedido.

Não aspirando ser um recurso que ofereça respostas cabais, pretende simplesmente facultar pistas e suscitar mais interesse e curiosidade da parte dos técnicos para com as diversas temáticas gerontológicas e inspirar intervenções mais eficazes e adequadas ao seu público-alvo: adultos idosos.

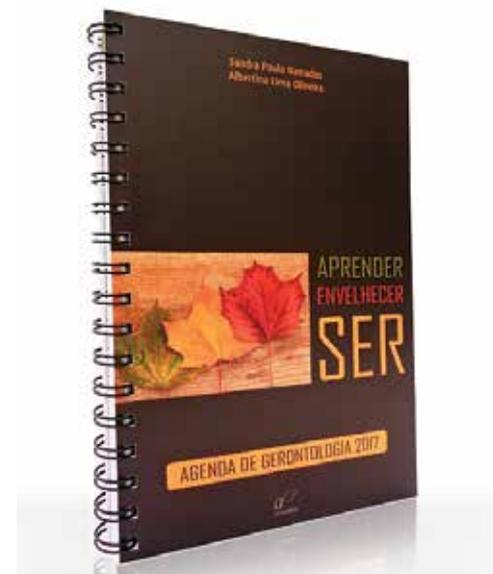
Assim, a agenda integra um conjunto de ferramentas com aplicabilidade prática que visam

enriquecer a ação dos diversos técnicos que desenvolvem o seu trabalho com pessoas de idade avançada em várias instituições e contextos, inclusivamente em áreas de investigação mais recente.

Para além de um instrumento de planificação e organização pessoal, a Agenda de Gerontologia, organizada em torno de 12 temáticas, permitirá que o trabalho dos técnicos venha a ser desenvolvido com maior solidez, já que lhes proporcionará informação relevante sobre a forma como desenvolver um trabalho mais fundamentado cientificamente, ou seja, mais rigoroso.

As 12 temáticas, que servem de separador, são: intervenções com pessoas idosas; intergeracionalidade; alimentação; saúde e prevenção vascular; educação emocional; mindfulness; demências; cuidadores; polimedicação; intervenção no luto; design e arquitetura de espaços para pessoas idosas; e soluções de base tecnológica.

A agenda é um produto das Edições Alma Letra, editada em Dezembro de 2016 e, desde então, faz parte do quotidiano de centenas de estudantes, profissionais e instituições da área do envelhecimento que a utilizam como ferramenta de trabalho diária. Apesar de estarmos a meio do ano, a Agenda



de Gerontologia 2017 continua a ser procurada pelos seus conteúdos, pois a informação que contém tem como base a investigação mais recente, atualizada e credível.

Para além disto, na Agenda o utilizador pode encontrar artigos temáticos, modelos de boas práticas, pistas para intervenção e poemas e reflexões e ainda diversos recursos como bibliografia, filmografia, webgrafia, redes de apoio e sugestões de atividades direcionadas para o trabalho com os seniores.

A Agenda pode ser adquirida através das Edições Alma Letra (almaletra.edicoes@gmail.com) sem qualquer encargo com portes (Portugal Continental e Insular).





ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

MAIS DE 3000 CLIENTES

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS <small>(Licenciamento e SaaS)</small> PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN	PROCESSOS CHAVE	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	PORTAL SOCIAL
	RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	DIREÇÃO		
	ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	INTERNAMENTO	FUNCIONÁRIOS		
	APDIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO	RESPONSÁVEIS DOS UTENTES		
			APDIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	LIVRO DIGITAL "MEMO"

FORMAÇÃO'17

consulte já as novidades

em www.f3m.pt




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda



SEMINÁRIO

«IPSS Promotoras de Saúde» afirma a importância das instituições no sistema

Replicando, a uma escala menor, aquele que foi o seminário sobre saúde que a CNIS realizou, em 2016, em Coimbra, no âmbito da X Festa da Solidariedade, três uniões distritais congregaram esforços e promoveram o encontro «IPSS Promotoras de Saúde»

Assim, as uniões distritais de Santarém, Lisboa e Setúbal reuniram, no auditório do ISCTE-IUL, diversos especialistas e IPSS para abordar muitas das questões que envolvem as instituições e o trabalho na área da saúde.

No final da sessão, Maria João Quintela, da UDIPSS Lisboa e dirigente da CNIS para a área da Saúde, resumiu as principais ideias que ao longo do dia foram sendo partilhadas.

Depois de agradecer “o esforço feito por todas as instituições e técnicos” que partilharam ideias no seminário, a dirigente começou por lembrar “a importância das IPSS na promoção e proteção da saúde, na prevenção, na prestação de cuidados e na reabilitação”, acrescentando que “ainda há muito que fazer para que todos os que trabalham nas IPSS tomem consciência de tudo o que fazem nestas matérias”.

Por outro lado, as IPSS pretendem estar integradas no sistema de saúde. Para a dirigente, o Setor Social Solidário “não é só um setor à parte que funciona independentemente do sistema de saúde”, sublinhando “a questão da proximidade”, algo que “ficou bem demonstrado”.

Outra das ideias abordadas foi a “importância das IPSS na economia nacional” e o que fazem pela “redução de custos, não pela redução de qualidade mas pela forma como se organizam e pela gestão”.

No entanto, Maria João Quintela alertou os presentes para a “necessidade de ajustamentos no seio das instituições”.

“Individualmente estamos sozinhos e ficamos vulneráveis, quer do ponto de vista organizacional, quer do ponto de vista político. Há necessidade de consciencializarmos que toda a diversidade e a diferença nacional são pilares da nossa atuação, evidentemente, consubstanciados em «modus operandi» básicos e depois adaptados às realidades locais”, sustentou, destacando: “Sobressai do encontro a necessidade de termos maior impacto no diálogo para a cooperação com os governos. Parece que não, mas a forma como transparece destas paredes para fora a nossa presença é importante para, de certa maneira, se dissipar a nossa maior ou menor união e coesão”.

Nesse sentido, a dirigente sublinhou a necessidade de união entre as IPSS.

“Temos que estar unidos para que não seja mais possível pôr em causa, sequer, o valor das IPSS como soluções nacionais para os apoios. É importante que o papel importantíssimo das IPSS não surja apenas no léxico dos decisores quando existem catástrofes”, referiu, reivindicando: “As IPSS não podem estar sujeitas a modelos que são estanques em cada legislação. Não é possível alterar o modelo



de serviços de quatro em quatro anos. É preciso que se aproveitem recursos, que não se desperdiçam recursos e se respeitem os recursos existentes e, obviamente, também as pessoas apoiadas pelas IPSS”.

Dentre as comunicações dos especialistas convidados, como António Leuschner, da Comissão Nacional para a Saúde Mental, Vitor Cotovio, do Instituto Hospitaleiro - ISJD/CST, Rui Leão Martinho, bastonário da Ordem dos Economistas, e Carla Pereira, da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e das instituições que apresentaram as suas boas práticas no que à área da saúde diz respeito, Maria João Quintela concluiu também que “os processos de reintegração, ressocialização e recuperação são complexos e exigem corresponsabilidades”.

Nesse sentido, lembrou que “o trabalho ciclópico e extraordinário que as IPSS realizam em diversas áreas” exige que “as boas práticas sejam replicadas”. Para isso, “é preciso que as instituições se conheçam melhor, de estar mais presentes e afirmar a sua vitalidade”.

Por outro lado, o conceito de “integrar cuidados e diminuir barreiras é fundamental”, com Maria João Quintela a lembrar que “com muitas competências a passarem para as autarquias é necessário reforçar o diálogo das instituições, não apenas para receberem orientações de como devem fazer, mas para terem voz ativa e dizerem como se deve fazer”, sublinhando: “Nesta sequência há que reconhecer que as IPSS não são independentes da organização dos outros níveis de cuidados, os hospitalares, os primários, os de reabilitação e os continuados. Quando se altera os modelos ou a organização ou quando as outras áreas do sistema de cuidados não funcionam em estreita colaboração naturalmente que as IPSS também se ressentem. E, por isso, não pode ser atribuído apenas às instituições o ónus quando as coisas não correm inteiramente bem”.

Outra evidência do encontro é que as IPSS têm que se “adaptar à evolução e ao esforço que a comissão nacional para a reforma dos Cuidados Continuados está a fazer para que a informação circule de forma simplificada, com a dirigente a deixar um estímulo às instituições: “Devemos participar e colaborar para que isto aconteça, contribuindo com a nossa experiência e as nossas experiências. Todos e cada um devemos replicar a informação e divulgar o que fazemos”.

Por último, perante a questão se devem as IPSS ter iniciativas ou esperar que lhes digam quais os deveres, Maria João Quintela começou por dar o exemplo trazido ao debate: “No distrito de Santarém há um equipamento pronto a funcionar e não consegue integrar o sistema! Há que fazer um grande esforço de diálogo com as IPSS, as estruturas distritais e as nacionais e com os parceiros a nível local, para que aquilo que surge corresponda às necessidades e não seja excessivo. As IPSS não constituem apenas uma alternativa aos equipamentos hospitalares ou às famílias que se demitem das suas obrigações ou não têm capacidade, as IPSS são parceiras deste sistema. Como tal, as instituições devem integrar uma rede nacional de coesão, não só de cuidados de saúde e de promoção de saúde, mas também de coesão social. Nesta perspetiva há a necessidade de reconhecimento, mas também temos que fazer os possíveis para estarmos mais presentes para que possamos ser ouvidos”.

Em nome dos organizadores, José Carlos Batalha, da UDIPSS Lisboa, estava satisfeito, lamentando apenas que muitos dos participantes não pudessem estar presentes, pois o seminário decorreu no dia 19 de junho, quando Portugal estava a braços com a maior tragédia conhecida provocada por incêndios (ver páginas centrais).

Por fim, o presidente da UDIPSS Lisboa realçou a congregação de esforços das três associadas intermédias da CNIS para a realização do encontro.

PEDRÓGÃO GRANDE

Instituições solidárias estão no terreno desde a primeira hora

Foi o mais trágico e mortífero incêndio de que há memória em Portugal. 64 concidadãos morreram, milhares de hectares de floresta arderam, muita gente ficou desalojada e quase todos registam perdas materiais. Perante a tragédia, a sociedade civil disse presente e foi para o terreno, uns de forma espontânea outros, como as IPSS, de forma mais organizada e institucional. Retrato do drama vivido pelas populações afetadas e da onda solidária que o mesmo gerou é o que aqui fica.

Após atravessar a desoladora paisagem enegrecida de Pedrógão Grande chegamos a Nodeirinho, onde encontramos Isabel, 53 anos, também ela toda de negro vestida e de «triste vida» na mão a caminho do terreno onde momentos antes havia estado a apanhar batatas. O terreno e as batatas salvaram-se, apesar de totalmente cercados pelo fogo. «Triste vida» é o nome dado ao carrinho de mão na vizinha Miranda do Corvo e a designação mais correta para o momento que Isabel vive depois do fogo assassínio que lhe entrou porta adentro. Um pouco mais acima surge Florinda, quase 90 anos, caminhando lentamente agarrada a um enxada e carregando um molho de erva “para os coelhos”.

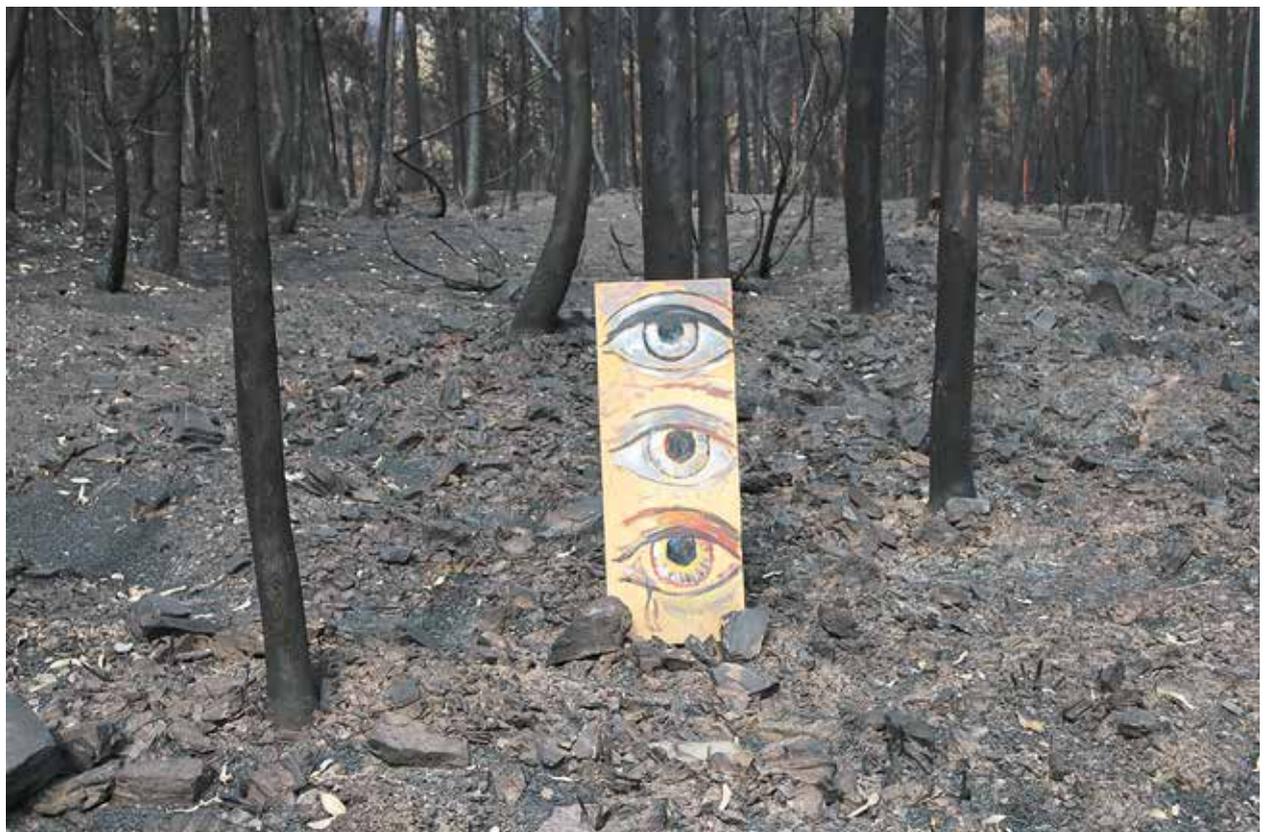
Florinda e Isabel são mãe e filha e estão de luto. O fogo cruel levou um filho e um neto à primeira, irmão e filho da segunda. “Tinha apenas 21 anos”, lamenta, em lágrimas, a mãe Isabel, que apesar de tudo não vira a cara à vida. “A gente mata-se a trabalhar, ele quis salvar as máquinas, que era o trabalho dele, para quê? Temos é que viver um dia de cada vez!”.

Foi em Nodeirinho que a população se refugiou no tanque da aldeia e assim sobreviveu ao incêndio, já o filho de Isabel quis ir a um outro terreno salvar as máquinas e não mais voltou.

O cenário na região é completamente desolador. Uma semana depois de o incêndio ter sido dado como extinto, o cheiro a queimado enche o ar, o cheiro a terra queimada é intenso, há fuligem por todo o lado, as árvores, muitos eucaliptos e também pinheiros, estão vergados! Alguns estão partidos, mas muitos foram vergados pela intensidade do calor e pela força do vento.

“Isto parecia um tornado”, atira Manuel Cunha, 83 anos, morador em Pobrais, outra das aldeias castigadas com mortes, enquanto Stan Mitchell, um inglês há quatro anos a morar em Vila Facaia, assegura que eram “ventos ciclónicos”.

“Os políticos só querem saber quem é o culpado, mas isto era um vento forte que não se podia. De princípio havia ali um fogo ao longe em Castanheira e, de repente, tomou isto tudo aqui à volta”, sustenta Manuel Cunha, que juntamente com a mulher esteve até de madrugada “com baldinhos” a evitar que a casa fosse afetada.



Em Pobrais, para além de várias pessoas que morreram na estrada 236-1 a tentar fugir do fogo, houve a única morte registada dentro da habitação. “Coitado, tinha só 53 anos”, lamenta o vizinho Manuel Cunha, que vem de passear um dos quatro cães e 10 gatos que tem em casa.

A destruição é muito grande e a forma como afetou as pessoas é muito diversa. Há quem tenha perdido tudo, há quem não tenha perdido nada e há quem tenha perdido alguma coisa, mas no rescaldo toda a gente perdeu muito e logo à cabeça vem a qualidade de vida.

O negro que envolve os aglomerados habitacionais é igualmente traumatizante, já para não falar das perdas efetivas. Por todo o lado se encontram árvores de fruto ardidadas e com os frutos queimados caídos no chão, hortas que se assemelham a mantos negros estendidos pelo chão, oliveiras (muitas), vinha e muitas outras espécies carbonizadas.

A zona florestal parece um vasto campo de



espigões negros, de cabeleira castanha escura, espetados ao longo de vastas áreas, contrastando com o azul celeste do céu entrecortado pelo branco plácido das nuvens. As placas toponímicas estão derretidas, mal se lendo os nomes das localidades, os sinais de trânsito, no IC8 e EN 236-1, estão literalmente deitados derretidos pelo fogo e pelo calor, rails retorcidos, amolgados e negros.

A negridão marca uma paisagem em que se destaca pela diferença o negro do alcatrão, pois por estes dias parece mais ser branco no meio de tanto preto carvão.

Percorrendo as aldeias de Mó Grande, Casalinho, Mó Pequena, Aldeia das Freiras, Pinheiros de Bolim, Ramalho, Vila Facaia, Pobrais, Nodeirinho e Mosteiro é possível testemunhar a dimensão do que o fogo destruiu, vendo-se casas no meio dos aglomerados habitacionais em ruínas ao lado de outras intactas, terrenos inteiros arditos e rodeados de verde sobrevivente, veículos e alfaias agrícolas calcinadas, plantações devastadas e negro, muito negro por todo o lado.

Mas nessas deslocações é possível também testemunhar a solidariedade dos Portugueses. Individualmente ou em grupo, uns mais espontâneos, outros mais organizados, há gente por todas as aldeias a ajudar e a querer ajudar.

“Esteve aqui um grupo de meninas de Lisboa, traziam sementes para replantar as terras”, conta Isabel, sorrindo face à ingenuidade dos voluntários, relatando ainda que “estiveram a ajudar a apanhar as batatas”.

De facto, a onda de solidariedade para com as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Góis e Sertã, todos eles parecendo parte de um só que durante seis dias lavrou na Região Centro de Portugal, afetando três distritos (Leiria, Coimbra e Castelo Branco), é enorme.

Desde a primeira hora as IPSS estiveram no terreno e, logo no domingo (segundo dia do incêndio), o presidente da CNIS deslocou-se ao Centro de Operações de Pedrógão Grande, onde, com outras entidades, encetaram as primeiras démarches para que a solidariedade fosse para o terreno.

Logo nesse dia, o padre Lino Maia, através de uma missiva, instou todas as IPSS das regiões afetadas, particularmente as IPSS dos distritos de Leiria e de Coimbra, “para além de muitos outros apoios”, a estarem “disponíveis também para o acolhimento de emergência”.

Como elos de ligação ficaram as associadas intermédias da CNIS dos dois distritos mais afetados.

A onda solidária foi em crescendo e volvidas duas semanas parece mesmo um tsunami, com as entidades que no terreno coordenam e articulam a ajuda às pessoas a solicitarem até o abrandamento de dádivas.

Foram criadas diversas contas bancárias solidárias, que já angariaram alguns milhões de euros, mas como se sabe, nas tragédias o muito é sempre pouco. Entre as variadas contas já estão reunidos perto de 10 milhões de euros, pairando ainda algumas dúvidas sobre como e quem fará a distribuição e quem tem direito.

A União das IPSS do Distrito de Coimbra (UIPSSDC) criou uma conta solidária a favor das vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Góis.

Em missiva dirigida a todas as instituições associadas, o presidente da UIPSSDC, Horácio Santiago, apelou “a todas as IPSS do distrito de Coimbra e à comunidade, em geral, que encaminhe os respetivos donativos” para a conta «Solidários com Pedrógão Grande - UIPSS Coimbra», cujo número é: NIB - 0036 0414



99106007688 48; IBAN - PT50 0036 0414 99106007688 48.

A conta estará aberta a donativos até ao próximo dia 16 de julho, tendo já recebido donativos de diversas IPSS associadas do distrito e não só.

“Os montantes angariados serão encaminhados diretamente para as vítimas desta tragédia. A UIPSSDC de Coimbra e o Montepio Geral engrossarão este movimento solidário com os seus próprios donativos”, pode ler-se na carta.

Por outro lado, a União Distrital está ainda disponível para receber outro tipo de donativos, que poderão ser entregues todos os dias, entre as 14h00 e as 17h30, na rua João Machado, N°100 – sala 104, em Coimbra.

Também a UDIPSS Leiria fez saber junto das suas associadas que o Montepio Geral, com a qual tem um protocolo de cooperação, está a desenvolver ações concretas de apoio a instituições e famílias no contexto da tragédia que assolou o norte do distrito.

“Estamos disponíveis para estabelecer as «pontes» necessárias à efetivação desta ação, fazendo chegar junto da instituição bancária qualquer solicitação, de qualquer natureza, da parte das nossas associadas”, lê-se no texto enviado às instituições do distrito de Leiria.

Por outro lado, em articulação com a Cáritas Diocesana Leiria-Fátima, a União Distrital de Leiria tem feito chegar às suas associadas as necessidades das populações afetadas pelos fogos, reencaminhando a ajuda para esta instituição.

Por seu turno, estando a Cáritas de Coimbra no terreno nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, a coordenação tem sido desta.

Levantar necessidades das populações, dar assistência e entregar bens, produtos, como os alimentares, mas também eletrodomésticos, mobiliário e outros, é o trabalho que a IPSS de Coimbra tem estado a desenvolver, com especial incidência em Pedrógão Grande, por nos outros concelhos esse trabalho estar a ser feito por outras entidades.

Mariana Figueiredo, da Cáritas de Coimbra,

reporta que a instituição “recebeu donativos e contactos de IPSS de todo o País” e muitos começaram logo a chegar na segunda-feira, ainda o fogo lavrava.

A instituição criou um centro de logística no Centro paroquial de Pedrógão Grande e ainda uma equipa que ajudasse na distribuição dos donativos, mas também registasse as necessidades das populações.

Há que notar que a tragédia do incêndio, em alguns casos, agudizou situações sociais já por si frágeis e complicadas, a que se junta um elevado número de pessoas idosas que vivem sozinhas.

Perante a tragédia, a sociedade civil respondeu (e está ainda a responder) de pronto, aliás como sempre quando membros da(s) comunidade(s) estão mais vulneráveis.

Organizada de forma espontânea, como tem acontecido bastante com a situação dos incêndios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Sertã e Pampilhosa da Serra, ou valendo-se de redes já institucionalizadas, a sociedade civil volta a dar mostras de enorme solidariedade.

E não se pense que as populações afetadas não agradecem e não reconhecessem. À oferta de produtos, muitas pessoas, não necessitando, dizem não querer, dando mostras de uma enorme humildade e gratidão.

Isabel, 53 anos, de Nodeirinho, que sentiu o fogo levar-lhe um filho e um irmão, à oferta de “uma couvinha para fazer sopa”, pelo pároco Júlio Santos, respondeu de pronto: “Não quero nada, mas se quiser dou-lhe um saco de batatas acabadinhas de apanhar”.

Recorde-se que os fogos fizeram 64 mortos, 254 feridos e queimaram cerca de 30 mil hectares de floresta, deixando dezenas de famílias desalojadas, muitas outras sem algum do sustento que tiravam das hortas e quintais, dezenas de desempregados, numa região onde não proliferam as ofertas de emprego, e destruíram diversas unidades produtivas.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Fundamento da comunidade política

Nunca terá passado pela cabeça de ninguém e, sobretudo do Governo e da Comunidade Política, que um incêndio, como o de Pedrógão Grande, pudesse abalar os alicerces da nossa organização como Povo valente e imortal, a ponto de toda a classe política, no Governo e no Parlamento, ter percebido que algo de grave tinha acontecido que reclamava muitas explicações que ninguém estava à altura de poder prestar!

Foi confrangedor verificar que, uma vez mais, se tenha utilizado o recurso sempre à mão em situações análogas a esta: uns a acusarem os outros, com promessas de instauração de rigorosos inquéritos que, por sistema, nunca levam lado nenhum!

Mas, desta vez, **a coincidência de vários fenómenos em áreas que atingiram a responsabilidade do funcionamento do Estado**, acompanhada de muitas e bem documentadas reportagens da comunicação social, **semeou o pânico na classe política!**

Convenhamos que, para além da tragédia

que se abateu sobre Pedrógão Grande, a forma como o assalto a instalações militares, em Tancos, seguido de roubo de muito e muito perigoso armamento, como se de uma casa normal se tratasse, não deixa ninguém tranquilo!

Esperando que, desta vez, os políticos levem a sério todas estas ameaças à segurança das populações, aqui fica um modesto contributo para se poder compreender qual é o verdadeiro fundamento da **“comunidade política”**. Sendo verdade que **é o voto que legitima o acesso ao Poder**, nos seus diversificados patamares: Parlamento, Governo, Administrações Centrais e Locais, incluindo, naturalmente as Autarquias, convém ter presente que **“a comunidade política deve ter na referência ao povo a sua autêntica dimensão: ser a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro Povo”**.

Quem se propõe assumir a responsabilidade de “governar um Povo” deve ter consciência de que **um Povo não é uma multidão amorfa**,



uma massa inerte que se pode manipular ou instrumentalizar!

Talvez fosse uma boa ideia incluir nos cursos de verão, que costumam organizar-se para “formar quadros políticos”, este tema: **“considerar a pessoa humana como fundamento e fim da comunidade política**. Por isso, toda a ação política deve esforçar-se antes de mais, pelo **reconhecimento e pelo respeito da sua dignidade, mediante a tutela e a promoção dos direitos fundamentais e inalienáveis do homem”**.

Uma **comunidade política que deseje credibilizar-se**, terá de cuidar muito mais da **dimensão ética, humanista, social, inclusiva**, de coerência entre o ser e o parecer, de quantos vão ser convidadas para o exercício do Poder!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

A política e a queda dos heróis

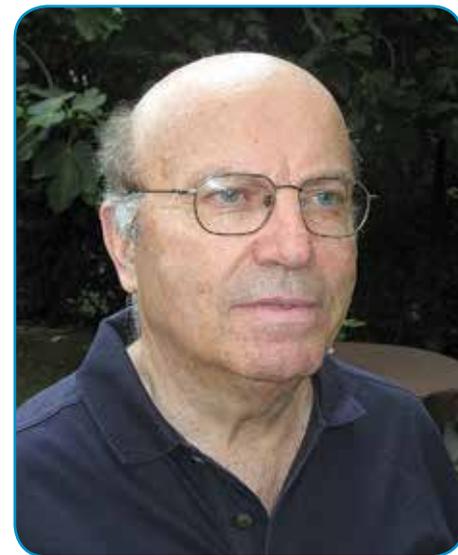
A política é uma área propícia ao nascimento ou à fabricação de “heróis”, mas nunca se sabe quanto tempo esse estatuto poderá durar. A memória dos homens é curta e muitos desses “heróis” são engolidos, mais ou menos injustamente, pelas voltas e reviravoltas da História. Entre essas perdas de memória de um povo está, por exemplo, o caso da Polónia em relação a Lech Walesa, mas é o caso do Brasil que gostaríamos lembrar.

Não foi sem razão que os analistas económicos internacionais colocaram o Brasil, há poucos anos atrás, na lista das grandes potências emergentes, algumas das quais formam o grupo conhecido pela sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No entanto, bastou apenas algum tempo para que o país deixasse de merecer esse estatuto de quase grande potência. E tudo por causa de uma doença aparentemente incurável que dá pelo nome de corrupção, uma doença que se estende pela maior parte do Brasil e que é transversal a todas as classes sociais, a começar pelos políticos.

Fernando Collor de Melo, presidente entre

os anos de 1990 e 1992, tinha sido, até agora, o nome mais sonante de uma lista de políticos brasileiros acusados judicialmente de corrupção. Foi um processo que levaria à sua destituição, ele que havia ganho, por voto directo do povo, as primeiras eleições presidenciais realizadas após o fim do regime militar que governara o país durante mais de duas décadas. Collor chegou à presidência com apenas 42 anos, envolto num clima de enorme popularidade e esperança, mas não chegou a cumprir metade do seu mandato. As denúncias de corrupção, feitas por um familiar, interromperam a sua carreira que se anunciava brilhante, embora tenha conseguido voltar à política mais tarde, depois da revisão do seu processo judicial.

As acusações de corrupção no Brasil atingiram agora dois presidentes, cada um deles com uma história política e pessoal envolta numa auréola de messianismo ou de heroísmo. Falamos de Lula da Silva, um operário sindicalista, no primeiro caso, e de Dilma Rousseff, uma resistente à ditadura militar, no segundo. Por alturas da campanha eleitoral para o seu segundo mandato



presidencial, escrevemos que nenhum político, em qualquer outro lugar do mundo poderia ter saído incólume do lodaçal de corrupção em que ele se envolvera ou fora envolvido pelos seus companheiros de partido, o PT. Mas, nessa altura, Lula ainda era um mito, uma espécie de Messias, um herói, para muitos milhões de brasileiros, sobretudo os mais pobres, embora não apenas destes ... e venceu.

Hoje, os tempos são outros. É certo que Dilma Rousseff, sua sucessora, juntou a sua história pessoal de resistente à ditadura à herança mítica de Lula, mas isso foi insuficiente para evitar que um e outro já tenham caído do pedestal em que foram colocados.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Negócios privados e responsabilidades públicas

1 - No passado sábado, 30 de Junho, participei na cerimónia do descerramento de uma lápide, na Reitoria da Universidade do Porto, lembrando o papel das lutas estudantis, e também o da Academia do Porto, no derrube da ditadura de Salazar e Caetano.

Tratou-se de uma iniciativa do Conselho Geral da Universidade, por proposta do então estudante e activista da Academia, e hoje membro do seu Conselho Geral, José Pacheco Pereira, que o Presidente deste órgão, Alfredo José de Sousa, Provedor da Justiça durante o governo da troika e pai da actual Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, conseguiu levar a bom (P)porto.

Apesar de estudar em Coimbra, participei em muitas iniciativas estudantis que ocorreram no Porto, no início da década de 70 do século passado, e aqui muitas vezes estive em manifestações fustigadas pela polícia e varridas pelos carros de água.

Apesar de já terem passado 43 anos sobre o derrube do anterior regime, é-me confortável ter a mandar nas polícias, como Ministra da Administração Interna, uma personalidade que fez dos direitos humanos o eixo do seu percurso profissional, nomeadamente no que toca aos assuntos relativos ao direito de asilo, às migrações e aos direitos dos estrangeiros em geral, numa identidade de missão com o papel que a CNIS, titular do Prémio dos Direitos Humanos da Assembleia da República, vem desempenhando nesse capítulo, designadamente no acolhimento de famílias e menores não acompanhados refugiados do Médio Oriente.

(No XIII Governo Constitucional - o 1º Governo do Engº António Guterres -, entre 1995 e 1997, foi Ministro da Administração Interna o Dr. Alberto Costa, também ele opositor ao Estado Novo, que, não obstante ser titular do Ministério respectivo, não se coibiu de se distanciar então expressamente das polícias que comandava. “Esta não é a minha polícia” – foi a sua expressão, que ficou célebre.

É certo que que tem havido, desde há muitos anos, um trabalho de formação das polícias, treinado mais a vertente da cidadania do que a da repressão, não sabendo eu se o ex-Ministro Alberto Costa formularia hoje o mesmo juízo de desvalor: mas, por mim, céptico relativamente a todos os

poderes, acho que morrerei com a mesma prevenção que trago desde a juventude.)

2 - Não acompanho, pois, o desejo de certa imprensa, e de certa Oposição, que pretendem que seja a demissão da Ministra Constança Urbano de Sousa a pagar a expiação da dor e da cólera nacional com os efeitos devastadores do incêndio de Pedrógão Grande.

(Mais depressa deveria ser demitida uma boa parte do jornalismo que foi tratando da reportagem dessa mágoa nacional, numa exibição e aproveitamento voyeurístico e impúdico da dor e do luto.)

Tive ocasião, na última semana de Junho, de percorrer o IC 8, entre Castelo Branco e Condeixa, atravessando o território da catástrofe, e de ver com os meus próprios olhos quilómetros e quilómetros de uma paisagem espectral de floresta calcinada, sem sinal de vida nem esperança dela – e percebo, e acho legítimo, que, havendo responsabilidades, por acção ou omissão, de dirigentes ou serviços, estas mortes sem sentido reclamem punição.

Há que deixar apurar essas responsabilidades – mas só é de justiça punir quem deva ser punido.

E tal apuramento há-de ser escrupuloso e não deixar zonas de sombra.

Por exemplo: num sinal de competência que a mim próprio, céptico impenitente e crónico, me deixou assarapantado, a Polícia Judiciária descobriu, no meio de 300 quilómetros quadrados de extensão, aquela específica e singular árvore que, na versão inicial dos Serviços sobre a origem do fogo, fora atingida por um raio e havia constituído, por tal razão, a ignição inicial da catástrofe.

Foi-nos mesmo mostrada a fotografia dessa árvore, fendida a meio pelo raio destruidor.

Mais habituado à incompetência de tais entidades do que à respectiva competência, fiquei absolutamente deslumbrado com a rapidez e a minúcia da descoberta: como é que os conhecimentos de polícia científica conseguiam, em tão pouco tempo, e no meio da maior destruição, descobrir essa agulha no restolho do fogo?

Pois bem: não é que os jornais de hoje nos informam, pela voz autorizada do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, que não houve, naquela hora inicial e naquele local,

raio nenhum!

Quem diz a verdade: a PJ ou o IPMA?

E quem deve ser sancionado, se nos mentiu?

3 - Uma coisa parece desde já certa, na medida em que é confessada pelos próprios responsáveis: o sistema de comunicações de emergência, o SIRESP, adjudicado aos amigos do costume – SLN (BPN), PT, Motorola – pelos governos do bloco central, não funciona em situações de emergência – para que foi concebido e criado.

Nunca percebi por que desígnio os nossos representantes eleitos, que vão sucessivamente governando este rincão e abanando a sua todavia escassa árvore das patacas, utilizam mais a sua imaginação prodigiosa para inventar negócios inúteis, com a única finalidade de deslocar para os amigos o que nos sugam em impostos, do que em afectar os poucos recursos nacionais para o desenvolvimento e a justiça.

O SIRESP, cuja existência o País ignorava, é um caso típico dessa inutilidade: trata-se de um sistema de comunicações alternativo para caso de catástrofes, concessionado a operadores privados, mas que tem a particular característica de não funcionar em caso de catástrofes – com a devida protecção jurídica no texto contratual, que exonera os operadores de responsabilidade, nessas específicas situações, que constituem o motivo do contrato.

A Senhora Ministra da Administração Interna ficaria credora da nossa eterna gratidão se pusesse em pantanas os negócios à volta dos incêndios e desse solidez ao interesse público nos contratos que tutela.

Se conseguir resistir à pressão mediática que pede a sua demissão, terá consigo a única condição de que precisa para pôr ordem na casa: o apoio dos cidadãos.

4 - Quer o tratamento do desenvolvimento dos incêndios na zona do Pinhal Interior, quer o espantoso roubo de material de guerra em Tancos, retiraram das primeiras páginas dos jornais as boas notícias relativas aos sucessos na economia e na execução orçamental.

“Ó cousas, todas vãs, todas mudaves/ qual é tal coração que em vós confia?” – já ensinava Sá de Miranda, no século XVI.

AFACIDASE, MANTEIGAS

Aqui não há coitadinhos!

Foram cinco dias de celebrações, afinal festejava-se o 16º aniversário da AFACIDASE – Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela, a única instituição no concelho de Manteigas a dar resposta a pessoas portadoras de deficiência intelectual. Celebrações no seio da comunidade, com a participação da população, porque esse é o conceito de inclusão que a IPSS prossegue, daí que a presidente afirme: “Aqui não há coitadinhos!”.

No passado dia 15 de maio, a AFACIDASE celebrou o 16º aniversário e assinalou 16 anos de trabalho pela inclusão de quem tem dificuldades de adaptação à sociedade.

Um concerto solidário e músicas de melodias de outrora, teatro pelos utentes da instituição e pelo Grupo Teatro Guardiões da Lua, ateliês de artes plásticas e uma festa popular, repartidos pelo Centro Cívico de Manteigas e pelo Jardim da Vila, corporizaram os festejos abertos à população.

“As portas da AFACIDASE são para estar escancaradas, não é para estarem fechadas, porque elas existem para nós sairmos e quem está lá fora entrar. Só assim pode haver verdadeira inclusão”, afirma Maria José Garcez, presidente da instituição, que já conseguiu que os utentes sejam parte ativa e indispensável ao «negócio» de doçaria e pastelaria: “Eles participam na confeção dos bolos, no embalamento, na etiquetagem e na distribuição. São eles que vão às lojas e colocam os produtos nas prateleiras, porque aqui não há coitadinhos!”.

Depois do arranque funcional em 2001, a instituição conseguiu alicerçar o seu desenvolvimento na aposta na produção de compotas e bolachas, conseguindo pôr em prática um projeto pedagógico, de formação profissional e de sustentabilidade para a instituição.

Para além do ateliê de doçaria, aquele que mais sucesso económico tem, a AFACIDASE tem ainda mais dois ateliês, trabalhos manuais e costura/atelier criativo e ainda teatro, expressão dramática e dança.

Se este último tem o propósito de desenvolver competências nos utentes e a sociabilização, já o ateliê criativo tem por lema “reciclar o máximo”. Utilizando materiais oferecidos, como restos de tecidos, muitos dos trabalhos são para venda.

“Procuramos que sejam artigos apelativos e utilitários, para que sejam vendidos no sentido de autossustentar o ateliê”, revela a presidente.

A instituição de Manteigas nasceu pelo forte impulso de uma cidadã espanhola, Encarna Pérez Álvarez, responsável, no ano 2000, pelo departamento social da Universidade de Salamanca-Espanha.

“Essa senhora, em passeio pela Serra da Estrela, entrou num restaurante em Manteigas onde encontrou uma menina com trissomia 21, filha do proprietário. Ela questionou se havia



alguma escola para crianças com deficiência em Manteigas e ele disse-lhe que não havia nada”, conta Maria José Garcez, que só mais tarde conheceria Encarna, prossequindo: “Ela quis fazer algo para que aqui nascesse alguma coisa e foi em frente. Encetou vários contactos, mas o processo não foi fácil, pois foi difícil chegar a alguns pais. A primeira reunião que ela conseguiu organizar teve meia-dúzia de pais ou nem tanto. Foi o infantário que sinalizou as crianças.

Nessa reunião ela disse que era importante que houvesse uma resposta para estas crianças, que os pais deviam criar uma associação que ela ajudaria no que fosse preciso”.

A atual e desde sempre presidente só participou na segunda reunião e não mais largou o processo.

“Já me tinha apercebido de que havia necessidade de uma resposta para as crianças e adultos como o meu filho, mas nunca tinha

parado para pensar bem no assunto”, confessa, recordando as dificuldades iniciais: “Criar uma associação é difícil, fundar uma associação destas implica muita burocracia. O processo começou em 2000, mas ainda levámos um ano em reuniões e a tentar formalizar a associação, o que aconteceu já em 2001”.

Foi a 15 de maio e, este ano, teve festa rija novamente.

Arrancando do zero, a AFACIDASE, reunia em casas emprestadas e começou a caminhar.

“Era necessário fazer algo e dar passos em frente”, sustenta Maria José Garcez, traduzindo o espírito que guiou os fundadores e que “até hoje não se perdeu”.

Sem instalações para poderem iniciar atividade, a instituição solicitou, ao Instituto S. Miguel, a cedência do edifício «O Beiral», doado à instituição religiosa para acolher órfãos e crianças carenciadas, mas que há cerca de um ano sem qualquer atividade. Houve logo abertura por parte do Instituto S. Miguel e procedeu-se a algumas remodelações através de vários campos de trabalho com voluntários da Universidade de Salamanca. Logo nessa altura, começaram a realizar-se palestras e sessões de esclarecimento para pais e familiares e de divulgação da instituição junto da comunidade.

“Quando começámos a caminhar sozinhos era preciso atividade e, como estávamos no outono, avançámos para a produção de compotas”, recorda, lembrando ainda: “Inicialmente, abríamos duas vezes por semana e as pessoas vinham numa base de voluntariado, na maioria dos casos vinham os filhos com as mães. Durante dois anos funcionámos com o voluntariado dos pais, familiares e ainda de jovens estudantes europeus. Este voluntariado foi uma enorme ajuda, porque como não tínhamos nada teve que ser com voluntariado”.

Já nessa altura a doçaria dava algum rendimento, que servia para suprir algumas das despesas que a instituição ia tendo

O dinheiro que iam angariando com a venda das compotas era para as despesas que iam tendo.

“Logo em 2001 solicitámos uma parceria com a Segurança Social, mas só em 2003 é que tivemos uma resposta positiva, ou seja, passados dois anos da constituição da associação. De início o Acordo de Cooperação foi para 12 utentes, mas só financiaram oito. E foi assim até 2014, ano em que passou para 10. Durante todo o nosso ciclo sempre tivemos mais utentes do que apoio da Segurança Social, que é o único apoio regular que temos e que serve quase exclusivamente para encargos com pessoal. Tudo o resto, é coberto ou com algum donativo que nos chega ou com as receitas das vendas”, argumenta a presidente, que remata: “Desde sempre temos sido muito audazes e inovadores para conseguirmos o que necessitamos, porque para projetos mais ambiciosos não temos como”.

Tem sido uma caminhada difícil, mas, mesmo assim, a AFACIDASE consegue ter uma “situação financeira equilibrada”, o que a presidente atribui à “gestão muito rigorosa e ao corte em muita coisa”.

“Estamos sempre com o nó na garganta. Como fizemos obras de vulto na estrutura do edifício, na ordem dos 25 mil euros, por exemplo, o subsídio da Câmara Municipal, de 10 mil



euros, foi diretamente para esse investimento. Para fazermos investimentos deste tipo temos que fazer pedidos específicos e variados para os conseguir concretizar. Agora as coisas estão equilibradas, mas no passado já tivemos situações complicadas de pagamento a fornecedores”, recorda, lembrando ainda o investimento para pôr o ateliê de doçaria a funcionar: “Quando viemos para «O Beiral» tivemos que fazer obras de adaptação à realidade dos nossos utentes e a cozinha e o refeitório foram totalmente remodelados e equipados para o ateliê de doçaria a fim de integrarmos os nossos jovens numa atividade produtiva e útil. No fundo, é um ateliê pedagógico, onde eles estão sujeitos a regras e, ao mesmo tempo, aprendem. Atualmente são já imprescindíveis no processo, sendo totalmente autónomos nas atividades que têm que desenvolver. O nosso plano futuro é conseguir integrar os nossos jovens no mercado de trabalho”.

Apesar de tudo, os dirigentes da instituição não deixam de sonhar e de ter projetos ambiciosos.

“As oficinas de trabalho protegido é um sonho que temos desde o início e que vamos concretizar certamente. Por outro lado, como temos bastante espaço em redor do edifício, gostaríamos de fazer plantação de árvores de fruto e cultivo de outros produtos que utilizaríamos nos nossos ateliês de doçaria e pasteleria. Ainda não conseguimos avançar com esse projeto porque não temos verba para contratar uma pessoa que se dedique a isso e também porque não surgiu um voluntário mais regular que pudesse ajudar no projeto”, revela Maria José Garcez.

Criar um espaço onde a instituição pudesse alojar utentes é o sonho mais ambicioso de todos, até porque é “uma urgência e uma grande necessidade”.

No entanto, a dirigente sente-se dividida, porque preferia unidades de vida autónoma no seio da vila, a um lar residencial, que contudo poderá ser mais exequível a curto-médio prazo.

“Temos utentes em idades bastante avançadas

e outros que têm ambientes familiares muito desestruturados pelo que o futuro deles nos preocupa muito”, afirma, avançando: “Já vimos trabalhando este projeto há alguns anos, aliás até há um projeto de arquitetura para mantermos o CAO neste edifício, mas fazer igualmente um lar. No entanto, chegámos à conclusão que ficaríamos com duas estruturas medianas. Por um lado, iríamos estragar um belíssimo CAO que temos e iríamos ficar com um lar muito limitado. Depois as pessoas viveriam tudo no mesmo espaço e não queremos isso. Por isso, demos um passo atrás, porque iríamos fazer um grande investimento e o retorno não seria o melhor. O lar residencial não é o que mais desejamos, mas é o que vemos como mais viável a médio prazo”.

A este propósito, Maria José Garcez deixa um lamento: “Se a comunidade se envolvesse mais com a instituição, talvez fosse mais fácil de chegar às unidades de vida autónoma, mas não é o que acontece. A comunidade tem-nos ajudado, mas conheço realidades de outras instituições em que as pessoas lhes doaram muito. As pessoas aqui estão ainda um pouco de pé atrás e, talvez, só quando isto tiver uma dimensão maior vejam que isto é, de facto, algo de bom e que vale a pena”.

Por isso, a instituição está focada no lar residencial, para o qual já há “um esboço de projeto que até inclui um hostel”, sendo que “o espaço já está sinalizado”.

Atualmente, com um corpo de seis funcionários, a AFACIDASE acolhe 15 utentes em CAO.

“Temos capacidade para mais utentes e temos feito campanhas de sensibilização junto das famílias, mas há muita renitência por parte destas em colocar aqui os filhos. Por outro lado, não temos mais utentes de fora do concelho de Manteigas porque não temos capacidade financeira para o transporte”, lamenta, ao mesmo tempo que reconhece que “tem sido um esforço quase inglório, porque as pessoas não veem os benefícios que as pessoas deficientes poderiam ter estando na instituição”.

PORTUGAL

Pena de morte foi abolida há 150 anos

Portugal comemorou 150 anos da abolição da pena de morte, a 1 de julho, com uma série de eventos, incluindo o lançamento de um selo comemorativo da efeméride e uma conferência no Centro Cultural de Belém, com intervenção da ministra da Justiça.

A 01 de julho de 1867, no reinado de D. Luís, foi publicada a carta de lei que ditou a abolição da pena capital para todos os crimes civis em Portugal, depois de Lagos ter sido palco da última condenação à morte, no âmbito da justiça civil, em 1846, ou seja 21 anos antes de o país assumir uma posição abolicionista e pioneira neste domínio no panorama europeu.

A efeméride ficou marcada por vários eventos, um dos quais o lançamento de uma edição de selo CTT comemorativo da efeméride, com uma cerimónia integrada na programação do Centro Cultural de Belém.

No mesmo local, houve um concerto da orquestra metropolitana em que se ouvirá "Souvenirs de Florence de Tchaikovsky", assim como uma conferência gravada de Robert Badinter, antigo ministro da Justiça e presidente do Conselho Constitucional de França durante o governo de François Mitterrand, conhecido

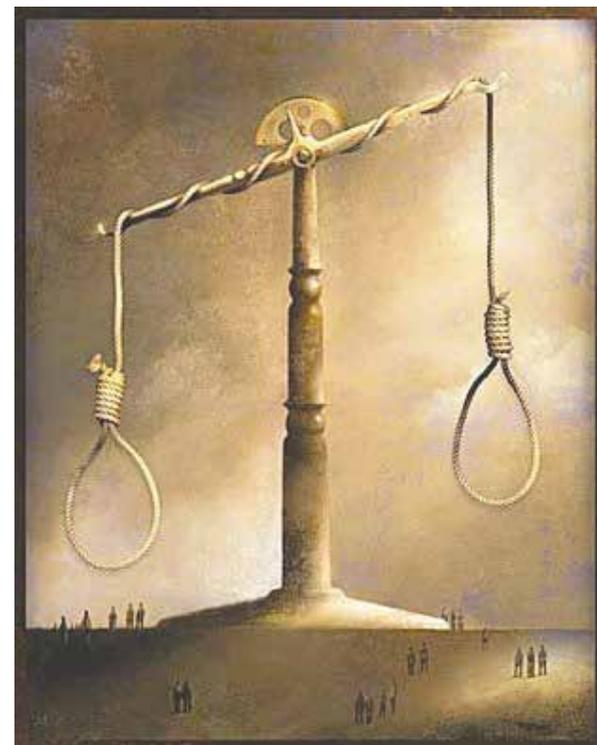
opositor da pena de morte. Teve lugar ainda um discurso da ministra da Justiça, Francisca Van Dunem.

Também na cidade invicta, o Centro Português de Fotografia e o Museu e Igreja da Misericórdia do Porto assinalaram esta data histórica com a atividade "Do Cárcere à Forca", realizando um percurso através dos espaços que evocam a memória dos sentenciados à morte no Porto.

Em Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa organizou uma palestra-debate comemorativa dos 150 anos da abolição da pena capital, pois desde o ano da fundação da instituição, em 1498, esta foi a responsável pelo acompanhamento dos condenados à morte na cidade.

Uma outra atividade foi a visita comentada à Cadeia do Limoeiro, no largo de São Martinho, em Lisboa. A foi visita intitulada "o Limoeiro, Um Carraco e um Lobo - Os Últimos Suspiros da Pena de Morte em Lisboa".

A assinalar os 150 anos, o pelouro dos direitos sociais da autarquia de Lisboa promoveu uma campanha de sensibilização nas ruas e avenidas da capital, sob o lema "os direitos humanos estão nas nossas mãos/somos os



direitos que temos", e foi descerrada uma placa evocativa na avenida D. Carlos I.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



GESTÃO IMÓVEIS **NOVO**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS

Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE
TESOURARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS
COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO
(CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL

entre outras

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t/m. [+351] 939 729 729
t/f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt





INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

“Já não há crianças de rua”

A coordenadora do “Projeto Rua”, do Instituto de Apoio à Criança (IAC), afirmou que “já não há crianças de rua”, mas alertou para as fugas de jovens, um fenómeno preocupante por estar associado a problemáticas “muito graves”.

Matilde Sargado, autora do livro “Crianças em situação de rua - O Caso do IAC/Projecto Rua em família para crescer”, tem acompanhado esta realidade, que pretende dar a conhecer através da sua obra, apresentada em Lisboa.

“O fenómeno alterou-se e neste momento podemos dizer que já não há crianças de rua, no sentido clássico, nas grelhas do Metro, como víamos há 20 anos, mas existem as fugas que são um novo fenómeno que preocupa a sociedade”.

Esta situação é preocupante porque “está associada a outras problemáticas muito mais graves”, disse

a responsável, explicando que, devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram, os jovens podem tornar-se vítimas de tráfico de seres humanos.

Podem também ser “cooptados para práticas, como a prostituição infantil”, mas também para “exploração do trabalho infantil nas suas piores formas, desde a mendicância, utilização para tráfico e a violência sexual”, alertou.

O IAC tem vindo a fazer um trabalho de diagnóstico com as principais zonas da cidade de Lisboa onde esta realidade acontece e continua a encontrar jovens, principalmente dos 14 aos 18 anos, em “situação de vulnerabilidade nas ruas”.

“Utilizam as ruas como estratégias de sobrevivência, estão em rutura com a família ou com alguma instituição e estão vulneráveis e entregues a si próprios na cidade de Lisboa”, contou.

Por um lado, estes jovens são “vítimas da sociedade, mas por outro podem passar rapidamente a infratores” se estiverem desprotegidos e sem um apoio e um enquadramento institucional.

“Podem cometer pequenos delitos, como furtos, e por isso é que é prioritário continuar a agir em torno desta problemática”, defendeu a coordenadora do “Projeto Rua”.

Matilde Sargado salientou que a intervenção junto destas crianças e jovens tem sido uma prioridade do Instituto de Apoio à Criança, em parceria com o Estado e com outras instituições.

É esta intervenção que o IAC realiza há 25 anos, através de um projeto de intervenção direta no local que pretende recuperar crianças vulneráveis, que o livro de Matilde Sargado pretende dar a conhecer aos portugueses.

PROTEÇÃO DE MENORES

Maioria dos jovens sinalizados vive com a família

Cerca de um terço dos mais de 71 mil casos sinalizados pelas comissões de proteção de menores em 2016 tinham entre 15 e 21 anos, segundo dados oficiais ulgados.

Segundo dados da Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 90% vivia com a família biológica ou adotiva, uma grande parte em famílias monoparentais. As comissões acompanharam no ano passado, 72.177 processos, aos quais correspondem 71.016 crianças.

Foi possível fazer uma caracterização de 97,85% das crianças, já que em relação a 1.528 menores o processo subsequente à sinalização do perigo ter sido interrompido por não haver consentimento da família para a intervenção ou por falha no preenchimento do processo.

Em relação às restantes, olhando para a distribuição etária, é possível perceber que a maioria (33,9%) tem entre 15 e 21 anos, o que representa 24.500 jovens, logo seguido das faixas etárias entre os 11 e os 14 anos (23,1%), os 06 e os 10 anos (21,4%) e, por últimos, entre os zero e os cinco anos (2,1%).

“É importante salientar que no escalão dos 15 aos 21 anos, os jovens com 18 e mais anos que pedem a continuação da medida aplicada representam

7,5% deste escalão, enquanto no escalão zero aos cinco anos, as crianças dos zero aos dois anos representam cerca de 45%”, lê-se no relatório.

Entre as mais de 71 mil crianças acompanhadas, 1,4% tinham uma incapacidade ou deficiência, sobretudo mental/intelectual (35,2%), deficiências de linguagem (11,2%) ou deficiências psicológicas (6,6%),

Nesta matéria, o relatório alerta para o facto de a escassez de respostas específicas para os problemas de saúde mental das crianças ser “um problema prioritário”.

No que diz respeito à caracterização dos agregados familiares, uma larga maioria (90%) das crianças acompanhadas vive com a família biológica/adotiva, sendo que em 41,3% dos casos trata-se de uma família nuclear, mas havendo também 36,5% de casos em famílias monoparentais.

Olhando para os agregados familiares por escalão etário dos dois principais cuidadores das crianças e jovens, ressalta que existiam 1.357 pais com menos de 18 anos (2,5% do total de pais), dos quais 825 tinham menos de 15 anos.

O relatório mostra também que entre as mais de 71 mil crianças acompanhadas, quase 9.000

presenciaram situações de violência doméstica, mais de 7.000 foram vítimas de negligência e 658 de abusos sexuais.

Os principais motivos para o acompanhamento foram a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, com 12.851 comunicações, incluindo 8.700 crianças (67,7%) expostas a violência doméstica, além de 7.654 crianças vítimas de negligência.

Em terceiro lugar surgiram as 6.235 crianças vítimas de situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação, seguidas das 5.939 que tiveram comportamentos que afetaram o seu bem-estar, e, por último, as 1.887 situações de maus tratos físicos, incluindo 658 casos de abusos sexuais.

Em matéria de recomendações, o relatório sugere que seja definido um plano de apoio técnico específico às comissões que apresentem indicadores que revelem menos eficácia de proteção.

Por outro lado, recomenda que seja revista a tipologia de situações de perigo utilizada até agora, de modo a abarcar novas categorias de situações de perigo, além de rever os instrumentos de recolha de informação.

DESEMPREGO

Taxa continua a descer

O ministro do Trabalho, Vieira da Silva, afirmou que a nova descida da taxa de desemprego é “a constatação” que a recuperação da economia e do emprego se está “a concretizar a um ritmo significativo”.

O Instituto Nacional de Estatística reviu em baixa de 0,3 pontos percentuais a taxa de desemprego de abril para 9,5%, o valor mais baixo desde dezembro de 2008, estimando para maio uma nova descida para 9,4%.

Comentando estes números, o ministro do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social afirmou que evidenciam “uma melhoria muito

significativa, de três décimas, face ao mês anterior”. “É a constatação de que a perspetiva de recuperação da economia portuguesa e do emprego se está a concretizar a um ritmo significativo”, disse Vieira da Silva, à margem do encontro comemorativo dos 20 anos da Rede Construir Juntos, organizado pelo Instituto de Apoio à Criança.

O governante salientou que a taxa de desemprego poderá “já na próxima confirmação situar-se abaixo dos 9,5%”, o que fará aproximar Portugal da média da União Europeia de “uma forma muito mais significativa”. “Não

resolve todos os problemas, nós continuamos a ter uma taxa de desemprego mais alta do que era a tradição da economia portuguesa, mas este é o valor mais baixo desde 2008”, vincou.

Para Vieira da Silva, esta descida “quer dizer que o progresso que se está a realizar é significativo, principalmente porque está a ser acompanhado pela criação de emprego”.

Ressalvando que ainda não conhece os números em detalhe, Vieira da Silva apontou que serão entre 130 mil a 140 mil postos de trabalho a mais dos que existiam há um ano. “Isto

Os bancos estão mais seguros?

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Esta questão é importante, sobretudo em países como Portugal, onde o sistema bancário é a fonte quase única de financiamento a famílias e empresas, como também é o veículo quase exclusivo de colocação de poupanças para pequenos e médios aforradores.

A ansiedade sobre a segurança dos bancos não nos larga. Quando tudo parecia mais tranquilo, os resgates do Veneto Banca e do Banca Popolare di Vicenza, em Itália, e a compra do Banco Popular pelo Santander, em Espanha, ressuscitaram as velhas dúvidas e colocaram credores e depositantes, de novo, com o credo na boca.

Creio que há duas questões a colocar: a) – os bancos estão mais seguros? b) – o sistema europeu de resolução bancária é confiável?

Em relação à primeira questão a resposta é sim – os bancos estão genericamente mais seguros.

O capital dos bancos relativamente aos seus ativos é hoje mais do dobro do que acontecia antes da crise, são regularmente sujeitos a testes de stress e, nalgumas geografias são obrigados a apresentar “testamentos”, ou seja, documentos que facilitam a sua resolução se as coisas derem mesmo para o torto. Por outro lado, os mecanismos de regulação e supervisão foram melhorados

Mas estão os bancos suficientemente seguros? Aqui temo que a resposta seja não.

Na verdade não devemos confiar demasiado nos ratios de capital. Como Lawrence Summers recentemente demonstrou, os ratios de capital dos bancos que quebraram depois da crise não eram significativamente menores (estatisticamente falando) que os dos bancos que resistiram. Se uns quebraram e outros resistiram não foi (sobretudo) pelo capital!

Por outro lado, mesmo depois de todas as melhorias, vemos que os indicadores de mercado sobre os bancos, seja em matéria de volatilidade seja em matéria de relação entre o valor de mercado dos bancos e os seus capitais próprios, não é hoje muito diferente do que aconteceu no pico da crise.

Sejamos realistas: os bancos, como os conhecemos hoje, são entidades inerentemente propensas a excessos, a tomada excessiva de risco e, consequentemente, geradores naturais de instabilidade por melhor que seja o aparato de supervisão e regulação.

Se queremos mesmo ter bancos seguros temos que os fazer de propósitos limitados e, no limite, com 100% de equity. Infelizmente estas propostas são demasiado “revolucionárias” e, porventura, inexecutable no atual enquadramento.

A segunda questão é: como fica o sistema europeu de resolução bancária depois da debacle do Banco Popular e dos bancos regionais italianos?

A resposta é: fica mal.

Aparentemente as soluções encontradas são similares – em ambos os casos um banco nacional saudável comprou pelo valor simbólico de um euro

os bancos problemáticos.

Mas as semelhanças terminam aí!

Em Espanha, o Banco Popular foi vendido por um euro ao Banco Santander poupando credores e depositantes sem que o estado espanhol pusesse um cêntimo na operação. O Santander levantou no mercado 7 biliões de euros para suportar a aquisição, numa solução 100% do sector privado.

Também em Itália um banco saudável, o Intesa Sanpaolo, comprou o Veneto Banca e a Banca Popolare di Vicenza por um euro. Na operação os acionistas e os credores junior dos bancos foram castigados, depositantes e credores seniores foram poupados. Contudo o Intesa Sanpaolo só entrou depois do estado italiano ter posto de lado 17 biliões de euros para limpeza de mal parado, custos de reestruturação e riscos legais – de outra forma o Intesa Sanpaolo simplesmente não comprava.

O problema é que, de um ponto de vista estritamente formal, tendo em conta o quadro do sistema europeu de resolução bancária, enquanto a solução para o Popular espanhol é perfeitamente legítima, os resgates do Veneto Banca e o Banca Popolare di Vicenza são, desse ponto de vista, manifestamente ilegais.

Em boa verdade o sistema de resolução europeu obrigaria a que todos os credores fossem chamados a participar na resolução, incluindo depositantes, para além do seguro de depósitos, se necessário.

O problema é que chamar os depositantes a esta guerra é politicamente intratável e mesmo os credores seniores seriam sempre um problema social e político tremendo. Grande parte dos credores seniores dos dois bancos italianos eram pequenos investidores que tinham sido convencidos pelos bancos a trocar depósitos por títulos de dívida do próprio banco – sempre rendiam mais uns cobres aos pequenos aforradores e sempre se compunha o balanço do banco.

Atendendo à situação social e política explosiva em Itália – com uma extrema-esquerda populista à beira de ser o maior partido nas próximas eleições – o que Itália seguramente não precisa é das manifestações dos “espoliados” dos bancos nas ruas e de

todo o ruído mediático que estas situações sempre criam.

Os italianos são mestres na arte do contorcionismo e da acrobacia política e, não por acaso, ainda hoje se usa a expressão “política florentina” para designar os processos políticos delicados e sujeitos a equilíbrios requintados.

A Autoridade Europeia de Resolução Bancária decidiu que a resolução dos dois bancos italianos, dada a sua pequena dimensão, cerca de 2% do total do mercado italiano, não teria um impacto significativo na estabilidade do sistema bancário, abrindo assim a porta para que não fosse necessário aplicar as regras europeias de resolução. O estado italiano ficou, desse modo, livre para aplicar os mecanismos nacionais em vez do quadro europeu.

Mas, na verdade, tratou-se apenas de uma forma hábil de permitir ao estado italiano encontrar uma solução nacional que não fosse politicamente suicidária ao mesmo tempo que as autoridades europeias salvavam a face.

O facto de os bancos falidos serem de pequena dimensão não significa necessariamente que não colocassem riscos sistémicos. Por exemplo, aplicando o sistema europeu de resolução, seria necessário reforçar o fundo de garantia dos depósitos em 12 biliões de euros. Esse dinheiro teria de vir dos bancos italianos.

Acontece que vários bancos italianos, Unicredit, Monte Dei Paschi di Siena, UBI Banca, já estão no mercado a tentar levantar capital em doses consideráveis. Puxar por mais 12 biliões nos mercados complicaria as coisas!

Por outro lado ninguém poderia garantir que, no quadro de uma resolução “à la europeia” não haveria corridas aos depósitos dos bancos italianos, mesmo os mais saudáveis.

Em suma, Itália apagou mais este fogo no sistema bancário nacional (à custa dos contribuintes italianos, é bom lembrar!), as autoridades europeias



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

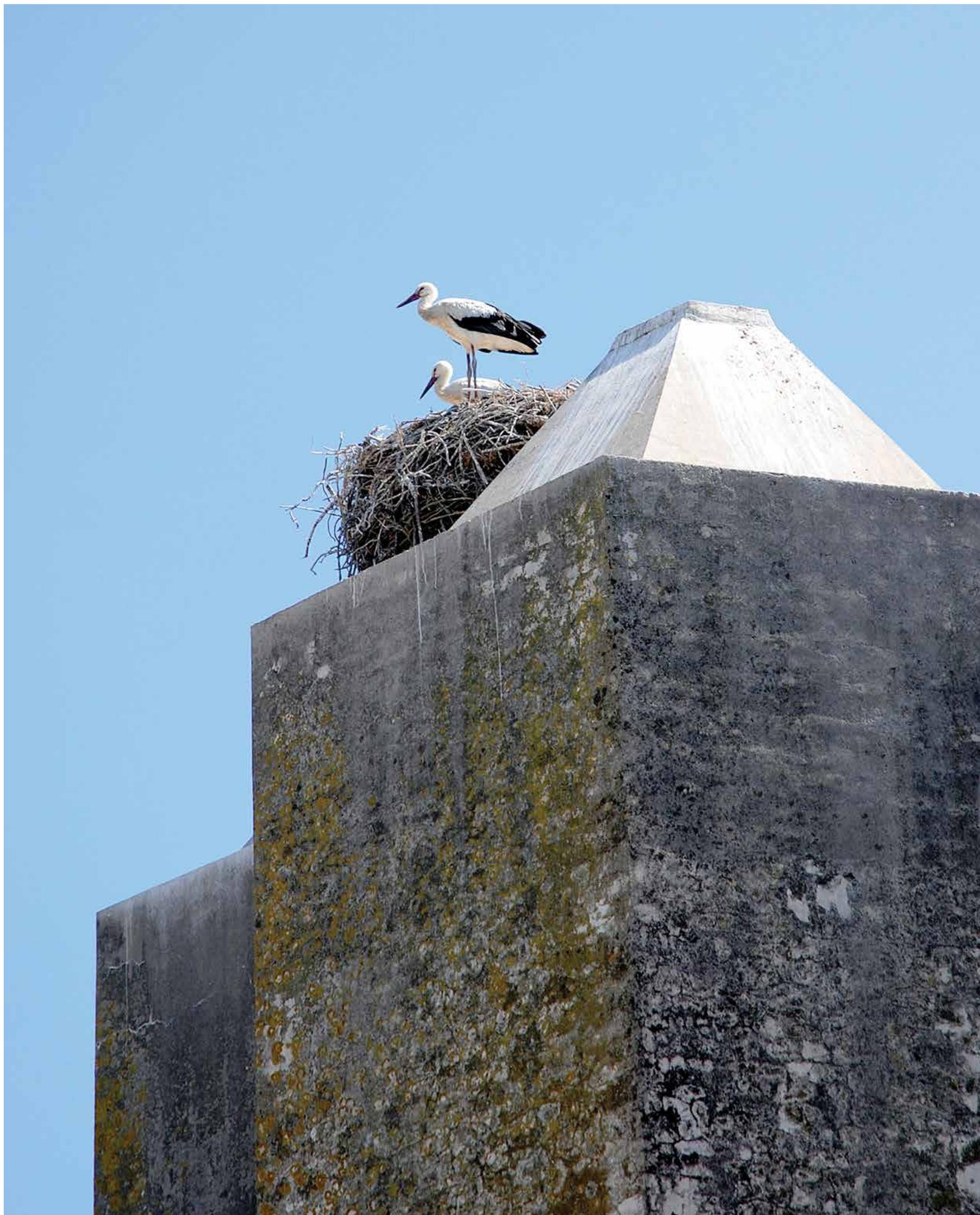


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





E a cegonha chegou...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTRANGEIROS EM PORTUGAL

Em seis anos são menos 65 mil pessoas

O número de estrangeiros em Portugal diminuiu em 65 mil pessoas em seis anos para 389.000 em 2015, segundo um relatório sobre migração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Segundo o relatório, o número de estrangeiros em Portugal tem vindo a diminuir, apresentando na balança migratória (emigração-imigração) um resultado negativo de 10.500 pessoas em 2015, embora menos acentuado do que em anos anteriores (-30.100 em 2014 e -37.400 em 2012).

O número de estrangeiros desceu para 389.000 pessoas em 2015 (menos 1,6% do que em 2014), com a percentagem dos cidadãos oriundos de países lusófonos a abrandar e a situar-se nos 43,5% do total em 2015, indica

O número de novos residentes autorizados, que havia caído em 2013 para 33.200, aumentou para 37.900 em 2015, com 20.500 desses residentes a serem cidadãos da União Europeia e seus familiares, quando em 2013 eram apenas 15.200.

O Brasil continua a ter o maior peso na fatia dos novos residentes em Portugal, com 5.700

em 2015, o que representa uma percentagem de 15%. Segue-se a China, a Roménia, a França e Cabo Verde.

O relatório indica também que, desde 2012, o número de mulheres imigrantes tem vindo a diminuir, tendo em 2015 representado menos de metade dos novos residentes em Portugal.

Também o número de estudantes internacionais continuou a cair, tendo sido de 3.100 em 2015.

O número de pessoas que adquiriu a nacionalidade portuguesa desceu para 40.200 em 2015 (houve 52.400 pedidos), com o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa a representar 31% e 33% de todas as naturalizações.

O número de “vistos gold”, concessão de visto de residência a investidores estrangeiros, introduzido em 2013, caiu em 2015 para 800 (mais 1.100 familiares).

Esta descida deveu-se à suspensão do programa dos Vistos Gold durante vários meses, devido a uma investigação criminal ligada a este processo administrativo alvo de fraude e outros crimes.

A lei dos “vistos gold” foi revista e os

procedimentos clarificados, tendo em 2016 o número regressado ao normal, atingindo 1.400 casos, adianta o relatório.

Quanto à emigração, o número foi de 101.400 pessoas em 2015 contra 134.500 em 2014, com esta descida a ser mais significativa na emigração de curta-duração, que representa 60% do total.

Quase 99% dos emigrantes de longa-duração foram cidadãos portugueses e 68,5% saíram para países da Europa ocidental. Em 2010, apenas 62,5% desses emigrantes tinham escolhido como destino de emigração países da Europa ocidental. Na sua maioria, continuam a ser mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, na primeira metade de 2016, 300 pessoas pediram asilo político a Portugal, sendo os seus países de origem sobretudo a Ucrânia e Guiné.

Em 2015, 190 das 900 pessoas que pediram asilo foram reconhecidas como refugiados, beneficiando de proteção humanitária.

Portugal, como membro da União Europeia, comprometeu-se a acolher 500 refugiados até setembro de 2017, mas até metade de 2016 esse número já tinha atingido os 480.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

 A woman in a white uniform is working in a professional laundry facility. She is standing next to a large industrial washing machine and is handling a large white sheet of fabric. The background shows more industrial laundry equipment and stacks of clean linens.

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL